



n.4
out./dez.
2020

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPISA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPISA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPISA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editora Executiva

Marianna Albuquerque

Editora Adjunta

Giovana Esther Zucatto

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima

Marianna Albuquerque

Leticia Pinheiro

Editoria de Redação

Amanda Silvestre da Silva

André Pimentel Ferreira Leão

Andrés Londoño Niño

Diogo Ives de Quadros

Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves

Ghaio Nicodemos Barbosa

Giovana Esther Zucatto

Leandro Wolpert dos Santos

Marianna Albuquerque

Marília Bernades Closs

Murilo Gomes da Costa

Thaís Jesinski Batista

Observatório Político Sul-Americano

opsa.com.br



Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300

Sumário

EDITORIAL

2020: O ANO QUE NÃO TERMINOU.....PÁGINA 04

ARTIGOS

**MONITOR ELEITORAL - ELEIÇÕES NA BOLÍVIA: O RETORNO DO MOVIMENTO
AO SOCIALISMO AO PODERPÁGINA 07**

**MOBILIZAÇÕES SOCIAIS E PLEBISCITO CONSTITUCIONAL: UM NOVO
HORIZONTE POLÍTICO NO CHILE.....PÁGINA 11**

**LONGE DO FIM: A CONJUNTURA RECENTE DA CRISE NA VENEZUELA
..... PÁGINA 16**

**GÊNERO, VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA
NA AMÉRICA DO SUL.....PÁGINA 23**

Editorial

2020: o Ano que não terminou¹

O ano de 2021 já começou e o de 2020 ainda não terminou. O mundo e o Brasil passam hoje por uma fase da pandemia ainda mais aguda que a inicial. Existem diferenças nacionais evidentes na gravidade e no enfrentamento da doença, mas o caso brasileiro ostenta a trágica marca de terceiro país com o maior número de casos e o segundo com a maior quantidade de mortes no mundo. Os Estados Unidos seguem na dianteira, e a Índia encontra-se acima do Brasil em casos, mas abaixo em mortes².

Estes valores absurdos não revelam, porém, as diferenças entre os três países no que diz respeito ao estágio atual da luta contra a pandemia, momento em que não apenas os investimentos em vacinas atingem sucesso como se iniciam os processos de vacinação em vários países. Neste particular, a diferença entre o Brasil e os EUA, por um lado e a Índia, por outro, são significativas. Os EUA, a despeito de Trump, desenvolveram duas vacinas que não apenas atingiram um nível de eficiência muito alto, acima de 90%, como já iniciaram estão em processo de imunização. A Índia, um país, como o Brasil, do grupo dos assim chamados “emergentes”, é um dos maiores produtores de vacinas e insumos médicos no mundo, e também já iniciou seu processo de vacinação. Neste particular e em várias outras dimensões dos investimentos em ciência e tecnologia, as diferenças com relação ao Brasil são abissais, o que, no mínimo, constitui equívoco colocar os dois países no mesmo grupo de “emergentes”.

O que ressalta no caso brasileiro é a absoluta incompetência da gestão

¹O título faz referência ao livro de Zuenir Ventura, 1968: *O Ano que Não Terminou*, publicado em 1989. Nele o autor narra diversos eventos e fatos políticos no Brasil e que desembocaram no Ato Institucional no. 5, promulgado em dezembro daquele ano. Mas também, 68 foi um marco nas transformações que se desencadearam na cultura, nos costumes e na política, no país e no mundo.

² Segundo dados da Johns Hopkins University, em 22/01/2021 o número de casos era o seguinte: EUA (24.633.790), Índia (10.625.428) e Brasil (8.697.368); e de mortes: EUA (410.383), Brasil (214.147) e Índia (153.032).

governamental, sanitária e diplomática em todo o episódio da questão da pandemia e da vacina. Foram dois investimentos na produção das vacinas bem sucedidos, a CoronaVac, parceria da Sinovac com o Instituto Butantan, e da Universidade de Oxford-AstraZenica com a Fiocruz, duas instituições com tradição no campo das vacinas. Contudo, o sucesso no processo de imunização depende da retaguarda do Governo Federal que, não apenas tem sido insuficiente, como absolutamente ineficiente.

Enquanto todos os demais países já faziam suas encomendas, temendo exatamente o que está ocorrendo neste momento em que o mercado é comprador e os preços sobem exponencialmente, desde o início da pandemia, o governo Bolsonaro foi incapaz de pensar estrategicamente no valor do planejamento, no investimento em um número maior de vacinas, e na antecipação das compras dos insumos necessários. Além de politizar a questão, na competição com o Governador de São Paulo, João Doria, Bolsonaro fez campanha aberta contra a vacina, declarou que não a tomaria, além de inúmeras iniciativas, declarações e movimentos que, agora se constata, ampliaram a crise pandêmica no país.

Desde o início da pandemia, ficou claro que o problema era global e que, portanto, seriam bem sucedidos aqueles países que combinassem uma gestão sanitária centralizada, coordenando os diferentes entes da federação, com uma ativa diplomacia de saúde. Neste particular, o Brasil até tinha uma vantagem por causa da existência do Sistema Único de Saúde, o que permitiria a capilarização das ações de saúde e da prevenção no nível municipal. No plano global, seria necessário reforçar a tradição multilateral da diplomacia brasileira, em especial retomando o papel histórico da diplomacia de saúde, como foi no caso da atuação incisiva junto à Organização Mundial de Comércio (OMC) no caso da quebra de patentes dos medicamentos utilizados no tratamento da HIV.

Quis o destino que o país experimentasse a pior tragédia sanitária global de sua história recente sob a presidência de Bolsonaro. Nada do que apontamos acima aconteceu, mas o contrário. Que Bolsonaro não pensasse estrategicamente era esperado, uma vez que o presidente não governa e sua única preocupação sempre foi com sua reeleição. As duas instituições que deveriam ser a linha de frente na gestão sanitária

e política da pandemia, o Ministério da Saúde e o das Relações Exteriores, contudo, sucumbiram frente a saga destrutiva do presidente, e também tem grande parcela de responsabilidade pela degradação do status quo atual. Na atualidade, confirmou-se a promessa original de Bolsonaro que seu governo seria de “destruição de tudo que está aí”.

No plano internacional, a política externa não apenas seguiu rigorosamente a doutrina Trump, inclusive se indispondo com a China, na dobradinha Ernesto Araújo-Eduardo Bolsonaro, criando instabilidades com o primeiro parceiro comercial do Brasil e principal fornecedor dos insumos para as duas únicas vacinas disponíveis no país. O chanceler chegou a se referir ao coronavírus como o “comunavírus”, imitando seus mestres externos.

Só que as apostas de política internacional de Bolsonaro não se confirmaram. Trump não foi reeleito e, com a vitória de Biden, todos os trunfos que acreditava possuir com o primeiro se esvaneceram. A começar pelo retorno dos EUA ao acordo e Paris e à OMS, bem como a participação norte-americana no consórcio Covax da Organização Mundial da Saúde (OMS), revertendo uma das principais orientações da política negacionista nas áreas da mudança climática e da saúde. Para Bolsonaro, restou a brocha na mão. Os equívocos na política de subserviência aos Estados Unidos agora pagam seu preço na quantidade insuficiente de doses da vacina para a Covid-19, nos atrasos do cronograma de vacinação e, em última análise, na perspectiva de mais vidas perdidas no país. Na história que se contará no futuro deste triste momento no Brasil, a responsabilidade por esse fracasso trágico caberá ao atual presidente e à sua capacidade de desconstruir duas das instituições que foram historicamente, em suas respectivas áreas de atuação, as principais responsáveis pela construção das capacidades estatais brasileiras: o MRE e o Ministério da Saúde.

A vitória de Biden na presidência dos EUA, implica na eliminação de praticamente todos os espaços multilaterais em que o Brasil podia alardear sua postura negacionista e anti-globalista. Continuar no mesmo diapasão na atualidade significa ostracismo total da política externa brasileira e o desaparecimento político de seu chanceler. A continuidade do Ministro-General, frente ao Ministério da Saúde e na gestão da pandemia

e do processo de vacinação, escancara um problema de competência técnica que tende a contaminar toda a corporação militar.

As imagens trágicas da falta de oxigênio em Manaus, o colapso da rede hospitalar na região amazônica, a virulência da pandemia nos primeiros dias do ano, o início claudicante do processo de vacinação e o fim do auxílio emergencial contribuíram para aumentar para 40% a rejeição a Bolsonaro, ultrapassando a taxa de aprovação de 30% segundo os últimos dados do Datafolha.

Vamos esperar os próximos passos do desenrolar da crise pandêmica, torcendo para que a mobilização da sociedade brasileira em torno da necessidade da vacinação, e o eventual sucesso do Butantan e da Fiocruz em superar as dificuldades burocráticas correntes possam, por fim, dar início ao processo de imunização da população brasileira. E que a pequena política de Bolsonaro seja neutralizada ou quem sabe, substituída, pela alta política das pessoas de bem.

Nos demais países da América do Sul, ao contrário, o povo reagiu às tentativas de restrição de direitos implementadas após o fim do ciclo progressista na região. Em alguns países, como na Bolívia, a demonstração de descontentamento veio por meio das urnas: após o golpe que destituiu Evo Morales, o Movimiento al Socialismo (MAS) retornou ao poder. Marília Closs descreve o processo no Monitor Eleitoral, texto que abre essa publicação. Já no Chile, a mudança veio por meio da ocupação das ruas. Como resultado das manifestações populares que tomaram o país a partir de outubro de 2019, Murilo Gomes da Costa descreve o processo plebiscitário de convocação de uma nova Assembleia Constituinte. Em outros países, como a Venezuela, a população busca responder aos desmandos de governos de espectros políticos distintos, que convivem em poderes paralelos. Essa é a história que nos conta Thais Jesinski Batista, em uma atualização detalhada da crise institucional, política e social que assola a população venezuelana.

Por fim, a edição se completa com o texto “Gênero, violência e políticas públicas no contexto da pandemia na América do Sul”, uma parceria entre o OPISA e o Observatório Feminista de Relações Internacionais (OFRI). Agradecemos às autoras Giovana Esther Zucatto, Ana Beatrice Ferreira, Diana Obermuller, Giovanna Soares, Petra Queiroz e Renata Gonzalez pelo empenho em levantar dados e informações sobre como os países da região incluíram medidas sensíveis ao gênero



em seus pacotes de medidas de combate à
pandemia.

Rio de Janeiro, janeiro de 2021

Maria Regina Soares de Lima

Coordenadora do OPISA

Marianna Albuquerque

Coordenadora do OPISA



Monitor eleitoral – Eleições na Bolívia: o retorno do Movimento ao Socialismo ao poder

Marília Closs
Pesquisadora OPSA

Introdução

As eleições gerais de 2020 na Bolívia, realizadas no dia 18 de outubro, foram marcadas por grandes tensões políticas¹. O pleito, que substituiu as eleições gerais anuladas de 2019, teve como antecedentes grandes manifestações que pediam garantias democráticas de que o processo eleitoral iria ocorrer, e um grande sentimento, por parte de diversos campos políticos, de desconfiança com relação aos organismos responsáveis pela eleição. A vitória estrondosa do Movimento ao Socialismo (MAS), partido do ex-presidente Evo Morales Ayma, por 55.11% dos votos ainda no primeiro turno, levou Luis Arce à presidência do país e o partido de volta ao comando do Estado Plurinacional. O MAS retornou ao poder após o golpe de 2019, que instituiu o governo de Jeanine Añez². A eleição do MAS, no entanto, não se deu sem controversas e conflitos. Este artigo apresentará, brevemente, a corrida eleitoral, suas principais agendas, e os resultados das eleições de outubro de 2020.

Breves antecedentes

A construção do cenário político que levou às instabilidades de 2019 e 2020 começou em 2016. Na época, Evo Morales exercia seu terceiro mandato – o segundo depois da aprovação da Constituição Política, em 2009, que estabelecia a possibilidade de somente uma reeleição. Frente a isto, Morales levou a plebiscito popular, no dia 21 de fevereiro de 2016, a possibilidade de se candidatar à presidência uma vez mais, a partir de reformas constitucionais. Esta foi a primeira der-

rota de Evo e do MAS desde que chegaram à frente do Estado em 2005. Mesmo com protestos de diversas frentes, em setembro de 2018 o Tribunal Constitucional Plurinacional aceitou um recurso do partido que requeria a alteração de 3 artigos constitucionais e tornou possível a reeleição, autorizando uma nova postulação de Evo à presidência.

Em outubro de 2019, foram realizadas as eleições gerais. O sistema de contagem rápido de voto (TREP, na sigla em espanhol), depois de ter ficado cerca de 12 horas fora do ar, anunciou, no dia 21 de outubro, que a chapa de Evo Morales e Álvaro García Linera foi vitoriosa ainda no primeiro turno com 47.08% dos votos. Carlos Mesa, o segundo colocado, teve 36.51% dos votos, e Chi Hyun Chung, o terceiro colocado, obteve 8.78%. Para além da interrupção da TREP, entendida por grande parte da opinião pública como suspeita, o resultado também foi visto com desconfiança, já que as pesquisas indicavam uma eventual vitória de Carlos Mesa no segundo turno. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do país começou a ser posto em dúvida, e manifestações, contra e a favor do MAS e da legitimidade do pleito tomaram as ruas.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) iniciou uma auditoria vinculante sobre as eleições a pedido de Morales alguns dias depois e, no dia 10 de novembro, apontou fraude nas eleições. Na sequência, após a ampliação de presença de grupos paramilitares nas ruas e da “recomendação” por parte dos comandantes das polícias e das Forças Armadas, houve uma série de renúncias por partes de ministros, parlamentares e, por fim, de Evo Morales e Álvaro García Linera. Ambos renunciaram aos cargos e saíram do país, chegando ao México na condição de exilados políticos.

No vazio de poder após as renúncias de grande parte dos representantes institucionais, Jeanine Añez, então segunda vice-presidenta do Senado e senadora pelo departamento de Beni, autoproclamou-se presidenta interina do país em sessão legislativa sem quórum suficiente. Seu governo foi marcado pelo uso da violência para a repressão dos movimentos sociais e pela deterioração econômica e dos indicadores sociais no país, além do colapso sanitário em função da pandemia de Covid-19. As eleições, que deveriam ser realizadas em maio de 2020, foram adiadas três vezes, e finalmente realizadas em outubro desse mesmo ano.

1 Eleições gerais na Bolívia elegem para os cargos de presidência, vice-presidência e representantes da Câmara de Deputados e do Senado.

2 Mais informações em: Eleições, instabilidade e golpe na Bolívia: breve análise do mês que acelerou a crise política do país. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2019_n4_out-dez-1-1.pdf. Acesso em 13 dez 2020.



As eleições de 2020

Em agosto, o TSE garantiu que as eleições que substituiriam o pleito anulado de 2019 ocorreriam em outubro. A decisão só foi tomada depois de intensas pressões populares, como atos e greves³ por parte de movimentos sociais, e uma mesa de diálogo entre o Pacto de Unidade⁴, o governo de Áñez e o TSE.

O MAS apresentou as candidaturas de Luis Arce à presidência e de David Choquehuanca à vice-presidência. Arce, ex-Ministro da Economia de Evo Morales e principal nome à frente da estabilidade e do crescimento econômico boliviano nos últimos anos, foi defendido pelos setores dos centros urbanos e das classes médias ligados ao MAS. Choquehuanca, líder sindical aymara e ex-Ministro das Relações Exteriores, foi apoiado por grupos vinculados aos movimentos campesino-indígenas. O acordo mesclou ambas as estratégias, com vistas a retomar o seu papel de partido e movimento, e reconciliar as suas bases sociais e eleitorais.

Carlos Mesa, ex-presidente do país entre 2004 e 2005, encabeçou a chapa que concorreu ao pleito pelo Comunidad Ciudadana. De um modo geral, Mesa manteve a mesma postura com relação à campanha que 2019: com discurso fortemente anti-masista, colocou-se como representante da centro-direita. Luis Fernando Camacho, um dos principais nomes do campo da extrema direita, articulador do golpe de 2019 e presidente do Comitê Cívico de Santa Cruz, liderou a chapa que contava também com Marco Pumari, repre-

3 Mais informações em: Mobilizações sociais na Bolívia: democracia, educação e covid-19 como pauta. Disponível em: <http://netsal.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2020/10/comunicaAL2.pdf>. Acesso em 13 dez 2020.

4 Conjunto de movimentos sociais formado pela Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB), pela Confederación Sindical de Comunidades Interculturales de Bolivia (CSCIB), pelo Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu (CONAMAQ), pela onfederación de Pueblos Indígenas del Oriente Boliviano (CIDOB) e pela Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia - Bartolina Sisa (CNMCIQB - BS).

Mais infos em: Mobilizações sociais na Bolívia: democracia, educação e Covid-19 como pauta. Disponível em: <http://netsal.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2020/10/comunicaAL2.pdf>. Acesso em 13 dez 2020.

sentante do Comitê Cívico de Potosí. Enquanto Carlos Mesa pode ser entendido como o principal representante da centro-direita na corrida eleitoral – ainda que tendo que fazer acenos ao eleitorado à esquerda, como a promessa de não privatizaria as empresas estatais –, Luis Fernando Camacho foi o representante da extrema direita autoritária, com uma plataforma política baseada no anti-masismo violento, com marcado perfil religioso, racista e sexista. Jeanine Áñez, junto a Samuel Doria Medina, construiu chapa com perfil de continuidade de seu governo; no entanto, nos últimos dias antes das eleições, Áñez abriu mão de sua candidatura para, em suas palavras, “não dividir a oposição ao MAS”, que seria o principal inimigo em sua perspectiva.

Os principais temas da corrida eleitoral foram a pandemia, a economia e a democracia. O colapso sanitário ocorrido durante a pandemia do Covid-19 foi criticado por diversas candidaturas. Destaca-se a postura crítica de Arce e do MAS com relação às medidas de isolamento social. A desaceleração da economia boliviana – uma das que mais crescia na América do Sul até 2019 – também esteve na agenda; consequência disto é que a principal proposta de Luis Arce foi justamente a taxação de grandes fortunas. No entanto, o principal tema discutido no período eleitoral foi justamente a democracia. Enquanto Luis Arce e David Choquehuanca se empenharam em denunciar o golpe de 2019, Carlos Mesa, Jeanine Áñez e Luis Fernando Camacho apostaram na construção da narrativa de que o MAS, Morales e, consequentemente, Arce são autoritários.

A vitória do MAS ainda no primeiro turno, com 55.11% dos votos, contra 28.83% de Mesa, pelo Comunidad Cidadã, e 14% de Camacho, pelo Creemos, parece ser resultado de uma estratégia bem-sucedida. Em primeiro lugar, o MAS foi vitorioso em 6 dos 9 departamentos do país⁵, com destaque para a vitória em Chuquisaca (49% dos votos), departamento onde Carlos Mesa havia sido vitorioso em 2019. Na capital La Paz, o MAS conquistou mais de 68% dos votos; em Cochabamba, 65% dos votos; e, em Oruro, 62% dos votos. Na Assembleia Plurinacional, o MAS conquistou 75 das 130 cadeiras na Câmara dos Deputados e 21 das 36 do Senado, obtendo maioria em ambas as casas. O resultado foi igualmente favorável ao partido em grandes centros urbanos – ampliando, inclusive, a margem nos resultados das eleições de 2019.

5 Carlos Mesa foi vitorioso em Beni e Tarija, enquanto Luis Fernando Camacho foi vitorioso em Santa Cruz.

Tão importante quanto a estratégia eleitoral, no entanto, foram as mobilizações populares. Todos os 12 meses de resistência ao golpe foram de constantes mobilizações: entre julho e setembro, os protestos demandavam garantias democráticas e a estipulação de um calendário eleitoral; entre 3 e 13 de agosto, ocorreu uma das maiores greves nacionais no país, liderada pela Central Obrera Boliviana (COB) e pelo Pacto de Unidade – que também somou-se às manifestações de professores, sobretudo professores rurais, que lutavam contra a privatização do ensino básico⁶.

Se 2016 e 2019 poderiam ser consideradas derrotas para o MAS, as eleições de 2020 mostraram que o partido segue consolidado como a maior força política do país, mesmo após uma crise de legitimidade, ligadas ao questionamento da sua agenda de desenvolvimento econômico, de sua relação com a democracia e de seu funcionamento interno. Isso ocorreu, sobretudo, em função de sua fórmula como partido e movimento, capaz de organizar a oposição institucional na Assembleia Plurinacional e dialogar com as organizações do Pacto de Unidade. Pode-se dizer que, em uma eleição tensa como a de 2020, em que diversos setores não apenas afirmavam que não confiavam no TSE como que não aceitariam uma eventual vitória de Luis Arce, o MAS tinha uma chance de tomar posse com algum grau de estabilidade: ganhar com uma vitória com uma diferença tão grande que seria incontestável. O triunfo de Luis Arce, com mais de 25 pontos percentuais de folga em cima do segundo colocado, garantiu isto.

Mais que isso: a articulação constante de combate ao golpe, seja no plano da auto-defesa, como foi no departamento de Cochabamba, onde grupos se organizaram para barrar a entrada de forças policiais e Forças Armadas sob o comando do governo de Áñez, ou de denúncia ao governo de Áñez, foi constantemente perpassado pela defesa dos conteúdos programáticos mais relevantes para a agenda do MAS: o combate ao neoliberalismo e a denúncia ao racismo, a partir da reivindicação do indigenismo. Ainda que não tenha a maioria de 2/3 nas duas casas parlamentares, como já teve em outros momentos, o MAS, com sua fórmula de partido-movimento⁷, segue apresentando o projeto de

país mais bem capilarizado social e institucionalmente. Sua votação foi expressiva em espaços urbanos, o que é um marco importante para um partido que nasceu campestre. Parte significativa disso parece ser em função da perspectiva de gestor que o partido consolidou ao redor de si: frente a uma gestão desastrosa da pandemia e da economia por parte do governo de Áñez, o eleitorado parece ter apostado na plataforma política que já conhecia e confia na responsabilidade.

Junto a isto, adiciona-se o fato de o MAS ter conseguido construir um nome alternativo ao de Evo Morales para a presidência do país. Talvez um dos maiores desafios tenha sido ao redor da cabeça de chapa, frente à insistência da candidatura de Morales em 2019, mesmo com as tensões em termos de legitimidade ao redor da decisão. O resultado das eleições mostra que existe partido para além de Evo, mesmo que este siga sendo uma figura importante no projeto.

Ademais, as eleições de 2020 também parecem mostrar a insuficiência dos projetos à direita: não apenas não se conseguiu construir uma plataforma unificada de oposição – fracassaram as tentativas de diálogo entre Mesa e Camacho, por exemplo – quanto tanto a centro-direita quanto a extrema direita não parecem ter conteúdo próprio consistente que não o anti-masismo. Mesa fez campanha com pouca presença na rua e, frente à sua falta de base consolidada, teve um resultado pior que 2019. Já Camacho conseguiu consolidar a extrema direita como a terceira força do país – e a maior no departamento de Santa Cruz, ainda que isso não tenha levado a resultados expressivos.

Breves conclusões

Em um cenário de crescimento do conservadorismo e do autoritarismo na América Latina, as eleições gerais da Bolívia mostraram que a esquerda e o campo progressista ainda têm forças. Uma parte significativa disto se deve ao legado de políticas sociais e desempenho econômico bem consolidado dos anos de governo do Movimento ao Socialismo, que o colocaram como partido “responsável” para o eleitorado frente aos resultados desastrosos do governo de Jeanine Áñez. Outra parte se

6 Ver “Comunica América Latina”. Disponível em: <http://netsal.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2020/10/comunicaAL2.pdf>. Acesso em 13 dez 2020.

7 Sobre a formação do MAS como parti-

do-movimento, mais informações em: “A construção da Bolívia plurinacional: um panorama das políticas doméstica e externa dos governos de Evo Morales”. Disponível em: <http://opisa.com.br/livro15anos/>. Acesso em 13 dez 2020.



deve à sua estrutura de partido-movimento, seu diálogo com as bases e sua mobilização constante de denúncia ao golpe de 2019. Talvez estar atento às condenações que setores golpistas terão, sobretudo aqueles responsáveis pelos massacres de Sacaba e Senkata, traga lições importantes para o Brasil e para a América Latina, já que tem se visto a ampliação da judicialização da política e de novas formas de golpe nos últimos anos. No entanto, o MAS terá de enfrentar suas crises: tanto com relação às contradições entre seu projeto de desenvolvimento, baseado na industrialização e em projetos neodesenvolvimentistas, que se chocam com perspectivas ambientalistas e de nações de população originária no país, quanto com relação ao papel de diversos movimentos sociais no governo, que hoje reclamam que o partido burocratizou-se e perdeu sua dimensão de diálogo constante com setores sociais. A eleição de Luis Arce também reacende o debate sobre projetos progressistas regionais. O exílio de Evo Morales e seu retorno à Bolívia após as eleições contaram com a ajuda fundamental de Andrés Manuel López Obrador, presidente mexicano, e Alberto Fernandez, presidente argentino. Junto a isto, a eleição tornou visível a desastrosa atuação da OEA nas eleições de 2019: não apenas sua auditoria que alegou fraude no pleito passou a ser amplamente questionada como o MAS obteve vitória em todas as urnas que a OEA alegou estarem fraudadas novamente em 2020 – algumas com percentuais ainda maiores que 2019. Frente a isto, o pleito na Bolívia de 2020 trouxe à tona diversos elementos estruturais do cenário político latino-americano. Questões sobre sucessão e renovação partidária, participação política da extrema direita, como avançar com a responsabilização com relação aos golpistas, projetos regionais em disputa e como superar a estagnação econômica foram centrais na corrida eleitoral.



Mobilizações sociais e plebiscito constitucional: um novo horizonte político no Chile?

Murilo Gomes da Costa
Pesquisador do OPSA

Introdução

O ano de 2019 na América do Sul foi marcado por uma onda de manifestações populares, registradas em diversos países como a Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela. No caso chileno, as manifestações, que partiram de protestos estudantis em relação ao aumento tarifário do transporte público, avançaram e tornaram-se uma mobilização nacional. Um dos maiores protestos ocorreu em Santiago e chegou a reunir cerca de 3 milhões de chilenos, na mobilização que ficou conhecida como a Marcha Más Grande. Em meio às diversas pautas, destacaram-se, entre os apelos dos manifestantes, o anseio e a urgência de se realizar uma reforma constitucional, que finalmente modifique a Constituição atual, que é herdeira da Constituição de 1980, aprovada ainda no regime ditatorial de Pinochet (1973-1990).

Neste artigo, serão apresentadas as origens das mobilizações sociais iniciadas em 2019, apontando que o movimento é um reflexo de diversas iniciativas anteriores, e como elas tiveram êxito em pressionar a elite política chilena em realizar o plebiscito constitucional de 2020, bem como na aprovação de acordos e reformas no governo. Também será exposto como foi a votação no plebiscito, avaliando como se deu a participação popular em plena pandemia da Covid-19. Por fim, apontam-se os principais anseios políticos e questões que ficam no horizonte, até a realização da votação para escolha dos constituintes, que ocorrerá em 11 de abril de 2021.

Mobilização nacional no Chile – dos atos estudantis às demandas por uma reforma constitucional

Antes de narrar o desenvolvimento das mobilizações sociais de outubro de 2019, vale destacar que a virada do século XX para o XXI marca um novo ciclo político no Chile, especialmente pela reorganização do movimento estudantil em nível secundário, com a *Revolución Pinguina*¹ de 2006, e universitário, com

1 “O principal objetivo da mobilização era a revogação da Lei Orgânica Constitucional so-

as marchas estudantis multitudinárias de 2011. Destaca-se também a realização de diversas reformas destinadas a superar os “entraves autoritários” do país, como em 2005, com a reforma constitucional, e em 2015, com a reforma do sistema eleitoral, e a emergência de uma nova coalizão de centro-esquerda no país, a Frente Ampla (FA) (GOMES DA COSTA; TANSCHHEIT, 2020)². Em síntese, este período é caracterizado pela reativação da sociedade civil e pela renovação da sociedade política, impactando de forma definitiva os rumos da democracia no país.

Outubro de 2019 marca a origem dos protestos, quando o Painel de Peritos em Transportes Públicos do Chile determinou, no dia 04 de outubro de 2019, um novo aumento nas tarifas de ônibus, metrô e ferrovias urbanas, nas 32 comunas da província de Santiago e nas comunas de San Bernardo e Puente Alto³. Em resposta, nas semanas seguintes, em 14 e 15 de outubro, os estudantes secundaristas realizaram protestos seguidos, chamados de “catracas”, em referências ao ato de pular as catracas dos transportes. A resposta inicial do governo foi de duras críticas às mobilizações dos secundaristas, qualificando-os como delinquentes e apontando que estariam atentando contra a liberdade e os direitos dos chilenos⁴.

Em 17 de outubro de 2019, os atos

bre Educação (LOCE), exigindo que o Estado desempenhasse um papel mais ativo e menos subsidiário, terminando com o lucro na educação, além de acabar com a municipalização do ensino primário e secundário”. Trecho de: Ruiz, C. (2015). De nuevo la sociedad. Santiago: LOM. 2 GOMES DA COSTA, M. TANSCHHEIT, T. In LIMA, M.R.S de. et al (2020). América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Am%C3%A9rica-do-Sul-no-s%C3%A9culo-XXI-Desafios-de-um-projeto-pol%C3%ADtico-regional.pdf>. Acesso em 10 dez 2020.

3 Conjuntura Latitude Sul, outubro de 2019. http://latsul.org/wp-content/uploads/2019/11/ConjunturaLATSUL_outubro_2019.pdf. Acesso em 10 dez 2020.

4 Cooperativa.CL. Crisisdel Metro: Gobierno descartó revocar el alza de tarifas. Disponível em: <https://www.cooperativa.cl/noticias/pais/transportes/metro/crisis-del-metro-gobierno-descarto-revocar-el-alza-de-tarifas/2019-10-18/134446.html>. Acesso em 10 dez 2020.



continuaram e houve enfrentamento entre manifestantes e carabineiros (nome dado à polícia chilena). No dia seguinte, o Governo descartou a revogação do aumento das passagens e, por consequência, a Confederação de Estudantes do Chile (Confech) convocou manifestações nacionais, em 18 de outubro⁵.

No dia das manifestações nacionais, que ocorreram em diversas cidades chilenas, o governo militarizou as estações de metrô. No horário de pico de saída dos trabalhadores, entre as 18:00 e 19:00, o governo fechou as estações para evitar os “pulas-catracas”. Essa decisão fez com que milhares de trabalhadores não pudessem voltar às suas casas e tivessem que caminhar. Isso ampliou as manifestações espontâneas em várias partes da cidade. Na sexta à noite, os conflitos mais violentos começaram. No mesmo dia, o Governo anunciou o Estado de Emergência na cidade, restringindo os direitos a manifestação e reuniões e passando o controle da cidade às mãos de um general. As Forças Armadas foram autorizadas a ocupar a cidade e mais de 300 pessoas foram presas⁶.

Em 19 de outubro, os protestos se expandiram por todo o país. O governo decretou estado de Emergência em Valparaíso (cidade portuária com longa trajetória de lutas sociais) e Concepción (uma das principais cidades do sul). O Presidente chileno, Sebastian Piñera, suspendeu o aumento do preço do metrô, e o Exército decretou toque de recolher em Santiago. Segundo o chefe da Defesa Nacional, general Javier Iturriaga, o toque de recolher “significa que as pessoas devem estar em suas casas e os que precisam sair devem pedir para que sejam conduzidos com segurança”⁷. A medida não era aplicada no

5 Cooperativa.CL(2019).Confechllamóaprotestanacional por un “transporte público digno y de calidad”. Disponível em: <https://www.cooperativa.cl/noticias/pais/transportes/metro/confech-llamo-a-protesta-nacional-por-un-transporte-publico-digno-y-de/2019-10-18/173126.html>. Acesso em 12 dez 2020.

6 COOPERATIVA.CL (2019). “Escolares protagonizan segundo día consecutivo de evasionesmasivas y protestas enel Metro”. Disponível em: <https://www.cooperativa.cl/noticias/pais/transportes/metro/confech-llamo-a-protesta-nacional-por-un-transporte-publico-digno-y-de/2019-10-18/173126.html>. Acesso em 13 dez 2020.

7 REUTERS (2019). “Autoridades decretan toque de queda en capital chilena por ola de protestas”. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/chile-protestas-toque-idL->

Chile desde 1987, os últimos anos do regime militar.

Em 22 de outubro, Piñera se desculpou pela crise e anunciou pacote de medidas sociais no Chile. Entre as principais medidas, o presidente propôs uma renda mínima garantida, com o Estado complementando em 15% os salários mais baixos. No entanto, mesmo com o anúncio presidencial, os protestos continuaram e as mobilizações ganharam ainda mais força⁸.

Em 25 de outubro, um milhão de pessoas protestaram em Santiago em uma manifestação histórica. Como resposta, Piñera solicitou que seus Ministros renunciassem às respectivas pastas, para uma renovação do governo, já em 26 de outubro. No dia seguinte, anunciou a suspensão do estado de emergência. No dia 28 de outubro, oito Ministros (de um total de 24) já haviam se demitido e foram substituídos, entre eles os do Interior e da Fazenda. Com esta decisão, o governo tentou se blindar para enfrentar a maior crise política e social que vive o país desde o regresso da democracia em 1990⁹.

Mesmo com o anúncio da reforma ministerial, os protestos persistiram, o que gerou impactos na agenda internacional do Chile. Com isso, em 30 de outubro de 2019, o Chile cancelou a Conferência das Partes da Convenção-Quadro de Mudanças Climáticas das Nações Unidas (COP25) e a reunião do Fórum Ásia-Pacífico (APEC).

Em novembro, os movimentos sociais seguiram fortes nas ruas. No entanto, a principal pauta das manifestações passou a se concentrar na urgência de se realizar uma reforma constitucional, que finalmente modificasse a constituição atual, herdeira do documento de 1980, aprovado ainda no regime ditatorial de Pinochet (1973-1990).

Em resposta às mobilizações, Piñera, no dia 13 de novembro, três acordos nacionais. O primeiro era um acordo pela paz, que permitisse cessar as ondas de violências que ocorriam há pelo menos um mês no país.

TAKBN1WY0QR. Acesso em 13 dez 2020.
8 CARTA CAPITAL (2019). “Piñera se desculpa por crise e anuncia pacote de medidas sociais no Chile”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/pinera-se-desculpa-por-crise-e-anuncia-pacote-de-medidas-sociais-no-chile/>. Acesso em 14 dez 2020.

9 EURONEWS (2019). “Chile: Piñera cria novo governo para fazer frente aos protestos”. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2019/10/29/pinera-cria-novo-governo-no-chile-para-fazer-frente-aos-protestos>. Acesso em 14 dez 2020

Outro acordo de baseava na justiça social, e estimularia uma agenda que possibilitasse o um avanço para um Chile mais justo, com menos abusos, com maior igualdade de oportunidades e com menos privilégios. Por fim, propôs um Acordo por uma nova Constituição, a qual, afirmou, se daria dentro do marco da institucionalidade democrática, com uma clara e efetiva participação cidadã, e com um plebiscito ratificatório¹⁰.

Após o anúncio presidencial e, completado um mês de manifestações, no dia 18 de novembro, os congressistas do Chile concluíram um acordo, que tinha como ponto principal a proposta de realização de um plebiscito constitucional, marcado para abril de 2020. Este teria dois pontos, começando pela pergunta principal: se a população queria ou não mudar a Carta Magna, redigida em 1980 e, a seguir, se o eleitor votasse pela mudança, teria que decidir quem formaria a Constituinte - se uma convenção mista, com 50% de atuais congressistas e 50% de novos integrantes, ou se por meio de uma Assembleia Constituinte exclusiva a ser eleita posteriormente¹¹.

Ainda que com uma significativa vitória – dando aos chilenos a escolha democrática de mudar uma constituição anacrônica, que abre margens para as políticas neoliberais –, essa foi alcançada às custas de muita mobilização social, mas também às custas de muita repressão e violência estatal. Em um relatório¹² divulgado pelo Instituto Nacional de Derechos Humanos de la República de Chile, entre o período de 17 de outubro e 30 de dezembro, foram registrados os seguintes casos de violação: 3.583 feridos, sendo 2.874 homens e 416 mulheres. Foram 2.050 feridos por arma e 1.615 atingidos por “pellets”. 230 pessoas foram feridas por gás lacrimogêneo,

10 G1 (2019). “Protestos no Chile: os 3 acordos nacionais que Piñera propõe para tentar conter a violência política”. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/11/13/protestos-no-chile-os-3-acordos-nacionais-que-pinera-propoe-para-tentar-conter-a-violencia-politica.ghtml>. Acesso em 18 dez 2020.

11 O Globo (2019). Após quatro semanas de protestos, Chile mudará Constituição herdada da ditadura. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/apos-quatro-semanas-de-protestos-chile-mudara-constituicao-herdada-da-ditadura-24083035>. Acesso em 18 dez 2020.

12 REPORTE DE ESTADÍSTICAS INDH (2019). Disponível em: <https://www.indh.cl/>. Acesso em 18 dez 2020.

com 359 lesões oculares, além de 980 ações judiciais, sendo 777 por tortura e 137 por violência sexual.

O plebiscito constitucional de 2020: um novo horizonte político no Chile?

Em 25 de outubro de 2020, foi realizado o plebiscito constitucional. Na ocasião, a população chilena votou em duas medidas: com 78,2% dos votos, aprovou-se a iniciativa de elaboração de uma nova Constituição para o país; e com 78,9%, os chilenos decidiram que a Constituição será redigida por uma nova Assembleia Constituinte. A Assembleia Constituinte (ou Convenção Constitucional), será formada em um novo pleito, em abril de 2021, com paridade de gênero (50% mulheres e 50% homens), elegendo 155 membros, sem a necessidade de filiação partidária¹³.

Dessa maneira, os atuais representantes do Congresso não participarão da nova Constituinte. Além disso, um dos marcos mais importantes do plebiscito foi a ampla participação popular, que alcançou cerca de 7,5 milhões de votos válidos, a maior quantidade de votantes desde o restabelecimento da democracia, após o regime de Pinochet¹⁴. Outro aspecto importante é o fato de o apoio ao “aprovo” ter sido expressivo entre os jovens e os mais pobres. A participação eleitoral aumentou nas comunidades populares e diminuiu nos bairros ricos.

Em relação à redação da nova Constituição, esta será feita em um prazo de nove meses após a escolha dos membros da Constituinte, em abril de 2021. Para que o texto seja aprovado deverá ter dois terços dos votos da Assembleia, além de ser ratificado posteriormente em plebiscito.

Conforme aponta Tanscheit (2020)¹⁵, há três questões que ficam marcadas no processo político que levará à nova Constituição. A primeira é a questão das reservas para os povos originários no processo constituinte. Eles são 12,8% da população e demandam 12 vagas. Garantir esta representação é fundamental para a legitimidade da Constituição e para a inclusão destes povos. Uma segunda

13 Conjuntura Latitude Sul, outubro de 2020. Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/11/ConjunturaLATSUL_Outubro2020.pdf. Acesso em 18 dez 2020.

14 Idem.

15 TANSCHUIT, Talita (2020). “Thread: Plebiscito no Chile”. Disponível em: <https://twitter.com/talitastt/status/1320816357462724609>. Acesso em 18 dez 2020.



questão é a da legitimidade dos partidos da esquerda chilena. É fundamental que a Frente Ampla, a ex-Nova Maioria e o Partido Comunista Chileno tenham coordenação, tendo em vista que os riscos de uma divisão são consideráveis. Portanto, é necessário um diálogo com suas bases partidárias e os movimentos sociais como um todo.

O processo constituinte tal como foi concebido tem dois pontos fortes: apela ao povo para que decida e culmina em uma nova Constituição. O processo consulta a população em três momentos: o plebiscito de entrada, ocorrido em 25 de outubro de 2020, as eleições constituintes em 11 de abril de 2021 e o plebiscito de saída, que deverá ocorrer em agosto de 2022. Entretanto, o principal está a ser desenvolvido: uma Convenção Constitucional, que deve elaborar o texto que irá reger o futuro político chileno.

Tendo em mente o estilo tradicional da política chilena, a participação popular no processo ainda não está garantida durante esses 9 ou 12 meses (no caso de extensão do prazo). Sustenta-se que esta é uma questão chave a ser resolvida, para que haja uma redução na distância entre o processo social e as soluções políticas. A Convenção deve regular o seu funcionamento e, ao fazê-lo, abre uma imensa oportunidade para encaminhar os processos de forma diferente e para gerar uma Constituição dotada de adesão e legitimidade. Como isto pode ser feito?

Delamaza e Mlynarz (2020) apontam que uma das iniciativas que contribuiu para a legitimação do processo foi a vitória do movimento feminista. Este conseguiu tornar a Convenção Constitucional paritária entre homens e mulheres, o que não aconteceu antes em nenhum país e não foi previsto no acordo de novembro de 2019. Isto foi alcançado graças a um trabalho persistente de defesa que já teve décadas de prática e resultados por parte da luta das mulheres chilenas. Os autores ainda argumentam que é necessário que essa constituinte seja aberta aos cidadãos. Para tal, é imprescindível que haja

um orçamento adequado para tornar isto possível, garantindo uma equipe técnica competente em termos de promoção e sistematização da deliberação, bem como o funcionamento descentralizado da própria Convenção e de suas comissões. Então, faz-se necessário um regulamento que incorpore instrumentos vinculativos de participação: um mecanismo para processar reuniões locais autoconvencionadas, como as realizadas durante o processo no Chile em 2016, além de uma iniciativa popular para uma norma constitucional que permita aos setores ma-

ciços da cidadania propor moções a serem consideradas pelos constituintes. Por fim, tornam-se impreteríveis a realização de reuniões territoriais periódicas para prestação de contas e um sistema de audiências públicas abrangentes (Delamaza, Gonzalo; Mlynarz, Danae, 2020, p.1)¹⁶.

Considerações Finais

Em síntese, o Chile encontra-se diante de uma oportunidade histórica para enfrentar a dissociação entre cidadãos e a participação política, a fim de se organizar enquanto sociedade civil. Como toda oportunidade, esta pode ser aproveitada ou perdida. Projetar a participação do cidadão no processo constituinte parece ser a melhor maneira de aproveitar favoravelmente a situação.

Vale mencionar que, apesar da redemocratização, a atual constituição chilena, elaborada no período do regime de Pinochet (1973-1990), permanece em vigor e será finalmente substituída. Por mais que ela tenha sofrido alterações após a ditadura, a população ainda se encontra insatisfeita, porque ela é uma herança do regime ditatorial e porque, mesmo com o fim da ditadura militar, as estruturas do regime permaneceram vivas no Chile, por muito tempo. Dessa herança, o neoliberalismo é, provavelmente, o grande destaque. A sociedade chilena ainda é extremamente privatizada. Isso inclui os setores da educação, saúde, previdência, indústria e até mesmo os direitos básicos, como acesso à água.

Trinta e dois anos após o plebiscito de 1988, que disse não à continuidade do regime ditatorial de Augusto Pinochet, a população chilena, em 2020, disse sim ao processo de elaboração de uma nova Constituinte. As manifestações de 2019 demonstraram ser resultado de um conjunto de mobilizações que já vinham ocorrendo há pelo menos 15 anos. Essa últimas incluíram um amplo leque de setores como estudantes secundaristas, universitários, aposentados e feministas: uma série de grupos que já reivindicavam uma nova Constituição para o país. Foram das ruas que partiram as vozes que deram início ao novo processo constituinte que se coloca no horizonte. Somente com a inclusão des-

16 Delamaza, Gonzalo; Mlynarz, Danae (2020). Proceso Constituyente: sin participación deliberativa no servirá. <https://www.eldesconcierto.cl/opinion/2020/10/24/proceso-constituyente-sin-participacion-deliberativa-no-servira.html>. Acesso em 18 dez 2020.

tas forças sociais no processo, será possível a redação de uma nova constituição mais legítima e representativa dos cidadãos chilenos. Nos versos da cantora franco-chilena Anita Tijoux: “*La calle no calla, la calle se raya. La calle no calla, debate que estalla*”¹⁷.

17 “A rua não vai se calar, a rua está arranhando. A rua não se cala, debate que dispara” em tradução livre. O trecho é parte da canção “schock” de Anita Tijoux, lançada em 2011, ano de manifestações populares no Chile, com o slogan de alcançar a educação estatal, gratuita e de qualidade para todos, em todos os níveis. O movimento evoluiu de uma simples petição pela educação gratuita para o que é hoje: uma crítica ao neoliberalismo e como sua lógica de mercado transgride o desenvolvimento social no país e no mundo



Longe do fim: a conjuntura recente da crise na Venezuela

Thaís Jesinski Batista
Pesquisadora OPSA

Introdução

A história recente da Venezuela é caracterizada pela existência de diversas crises, que vem se aprofundando sem perspectivas de solução. Desde a morte de Hugo Chávez, em março de 2013, seu herdeiro político, Nicolás Maduro, vem sendo contestado pela oposição. Ao mesmo tempo, iniciativas do governo chavista levam ao questionamento da existência de uma democracia no país. O cenário de instabilidade política e institucional é completado pela piora dos indicadores econômicos venezuelanos, duramente afetados pela diminuição do preço do petróleo desde 2014. Além dos aspectos domésticos, a crise na Venezuela também é influenciada por fatores externos. A mediação internacional da crise, no entanto, não gerou resultados na direção de uma saída negociada. Como consequência, a situação na Venezuela avança para se tornar a principal crise migratória do globo, além de gerar desastres ambientais em seu território amazônico e caribenho.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia de Covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março. Em junho, a América Latina passou a ser o epicentro da doença. Os efeitos do novo coronavírus foram sentidos em todos os países. Na Venezuela, no entanto, a Covid-19 aprofundou desafios já existentes, criando ainda mais dificuldades para a sociedade. Mesmo assim, em 2020 foram realizadas eleições parlamentares no país, que tiveram como principais resultados a vitória do chavismo e a demonstração da grande fragmentação da oposição. Esse artigo tem como objetivo, portanto, analisar os desdobramentos recentes dessa conjuntura. O trabalho está dividido em duas seções, além dessa introdução e da conclusão. Na primeira seção é feita uma análise da dimensão política e institucional da crise venezuelana. Na segunda seção, os componentes econômicos e sociais são analisados. Ao final, são apresentadas as conclusões.

Crise político-institucional: a profusão de instituições e a fragmentação da oposição

Um dos marcos iniciais da crise venezuelana é a eleição de Nicolás Maduro (Partido Socialista Unido de Venezuela – PSUV) em abril de 2013, ganhando por uma margem estreita de votos contra o candidato Henrique Capriles (Primero Justicia).¹ A oposição questionou o resultado e protestos se espalharam pelas ruas do país, principalmente no ano de 2014. A violência da repressão aos manifestantes e a prisão de alguns de seus líderes, como Leopoldo López (Voluntad Popular), foram denunciadas. Em dezembro de 2015, as eleições parlamentares tiveram como resultado a vitória da oposição, reunida na Mesa de Unidad Democrática (MUD). A partir de então, o chavismo passaria a governar sem maioria no legislativo.

Diversas ações por parte da oposição e do governo contribuíram para a deterioração da democracia venezuelana. Em março de 2017 o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) colocou a Assembleia Nacional (AN) em desacato², e em julho desse ano foi formada uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC). A oposição, reunida na MUD, não participou do pleito. A partir de então, a Venezuela passou a ter dois poderes legislativos paralelos, um controlado pela oposição e outro pelo chavismo. As denúncias da MUD de ausência de condições para realização de eleições livres e justas se mantiveram em 2018, quando Maduro foi reeleito para a presidência venezuelana, contra o candidato Henri Falcón (Avanzada Progresista). Com o boicote da oposição, o comparecimento nas urnas foi de 45% (WEBER, 2018).

Em 2019, Juan Guaidó (Voluntad Popular) surgiu como uma nova liderança da oposição. Eleito presidente da AN, se

1 O resultado final foi de 50,66% dos votos para Maduro e 49,07% para Capriles. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/hugo-chavez/noticia/2013/04/herdeiro-politico-de-chavez-maduro-e-eleito-presidente-da-venezuela.html>. Acesso em 10 jan 2021.

2Após as eleições parlamentares de 2015, o TSJ considerou que a AN estava em desacato pois permitiu a posse de três deputados do estado do Amazonas cujas candidaturas haviam sido impugnadas. Com essa decisão, o TSJ assumiu as funções do poder legislativo, ação que foi classificada como um golpe pela oposição. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39440277>. Acesso em 15 jan 2021.

autoproclamou presidente da Venezuela em 23 de janeiro. Guaidó foi prontamente reconhecido pelos Estados Unidos, pela União Europeia e pelos países do Grupo de Lima³, com exceção do México. A promessa de unificar a oposição e retirar Maduro da presidência, no entanto, não se concretizou. As Forças Armadas se mantiveram leais ao chavismo e, ao longo de 2019, Guaidó foi perdendo legitimidade dentro da Venezuela, passando a se sustentar principalmente pelo reconhecimento internacional (BATISTA, 2020).

O enfraquecimento de Guaidó e a fragmentação da oposição se refletiram no anúncio, feito por Maduro em 16 de setembro de 2019, de um acordo com um setor minoritário da oposição. Com isso, os deputados do PSUV retornaram à Assembleia Nacional e passaram a negociar a formação de um novo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), para a realização de eleições em 2020. Esse processo, no entanto, foi interrompido em dezembro por denúncias de corrupção envolvendo diversos deputados. Como resultado, os partidos Primero Justicia, Voluntad Popular e Un Nuevo Tiempo afastaram seus membros envolvidos com o caso (BATISTA, 2020).

Em janeiro de 2020, a fragmentação da oposição se tornou mais clara com a eleição para a presidência da Assembleia Nacional. Após tumultos no prédio do poder legislativo, Luis Parra (ex-membro do Primero Justicia, expulso em dezembro de 2020) foi eleito presidente da AN por deputados chavistas e setores minoritários da oposição. Ao mesmo tempo, Guaidó também foi reeleito presidente da AN por outra parte dos deputados. A partir de então, um novo ingrediente foi adicionado à confusão institucional venezuelana: além de dois presidentes (Maduro e Guaidó), o país passou a ter três poderes legislativos paralelos: a Assembleia Nacional Constituinte presidida por Diosdado Cabello (PSUV), a Assembleia Nacional presidida por Parra e a Assembleia Nacional presidida por Guaidó. Apesar das disputas envolvendo a presidência do parlamento, o processo de formação de um novo CNE teve continuidade no início de 2020, com a instalação do Comitê de Nomeações em 9 de março. O avanço do processo, no entanto, foi interrompido com a chegada do novo coronavírus ao país (BATISTA, 2020).

3 Grupo formado em agosto de 2017 por Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru.

Em 5 de junho de 2020 o TSJ declarou “omissão legislativa” da Assembleia Nacional em designar um novo CNE, indicando cinco nomes para o Conselho. No dia 15 de junho estes tomaram posse e iniciaram os procedimentos para organizar as eleições parlamentares de dezembro. Os quatro maiores partidos da oposição (Acción Democrática, Primero Justicia, Voluntad Popular e Un Nuevo Tiempo) declararam não reconhecer a autoridade desse CNE, e que não participariam do pleito organizado por ele.⁴ No dia 1º de julho, o CNE anunciou que as eleições ocorreriam no dia 6 de dezembro de 2020. Além disso, foram divulgadas duas modificações no processo eleitoral: o aumento de 66% no número de assentos da Assembleia Nacional, de 167 para 277, e a votação por listas fechadas. Com isso, partidos menores seriam beneficiados.⁵ Além de indicar um novo CNE, o TSJ também agiu no sentido de enfraquecer a oposição majoritária. Nos dias 15 e 16 de junho, o Tribunal suspendeu as direções dos partidos Acción Democrática e Primero Justicia, e no dia 7 de julho a direção do Voluntad Popular.⁶ As suspensões foram feitas a pedido de membros desses partidos, que não concordavam com as decisões das direções de não participar do pleito de dezembro.

No início de agosto de 2020, com a abertura do período de inscrição de candidaturas, 27 partidos de oposição anunciaram que não participariam das eleições, afirmando não haver condições para uma eleição livre e competitiva. Nesse sentido, Guaidó convocou os principais opositores a formar um “pacto de unidade” contra Maduro, mas a iniciativa foi rejeitada por diversas lideranças da oposição. Maria Corina Machado (Vente Venezuela), representante de uma ala mais radical da oposição ao chavismo, afirmou que a solução para a crise venezuelana era uma mudança de regime com a ajuda internacional.⁷

4 Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/07/Conjuntura-Latitude-Sul-Junho2020v1.pdf>. Acesso em 10 jan 2021.

5 Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/08/Conjuntura-Julho2020.pdf>. Acesso em 10 jan 2021.

6 Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/07/Conjuntura-Latitude-Sul-Junho2020v1.pdf> e <http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/08/Conjuntura-Julho2020.pdf>. Acesso em 10 jan 2021.

7 Disponível em: <https://www1.folha.uol>



Henrique Capriles, por sua vez, afirmou que as iniciativas de Guaidó estavam esgotadas e não solucionariam os problemas do país. O ex-candidato à presidência afirmou que o governo de Guaidó era um “governo de internet”, e que a população venezuelana precisava de soluções concretas.⁸

No dia 31 de agosto de 2020, o governo de Maduro divulgou indulto para 110 presos políticos, anunciado como um impulso para uma “reconciliação nacional” no país. Além disso, no dia 1º de setembro, o governo venezuelano convidou a Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Europeia (UE) para enviarem observadores internacionais para o pleito de dezembro, o que não acontecia desde 2006. Essas iniciativas fizeram com que alguns setores da oposição, representados por Capriles e Stalin González (Un Nuevo Tiempo), negociassem com o governo sua participação nas eleições, com a mediação da Turquia.⁹ A União Europeia enviou representantes para conversar com o governo de Maduro no dia 24 de setembro. Após cinco dias de visita, o bloco pediu que o pleito fosse adiado em 6 meses, para que fossem criadas as condições para uma disputa democrática – pedido que foi endossado por Capriles. O governo venezuelano, no entanto, rejeitou o adiamento. Com isso, a UE declarou impossibilidade de enviar observadores.¹⁰

As eleições ocorreram, enfim, no dia 6 de dezembro de 2020. Apesar da ausência da ONU, OEA e UE, o pleito contou com diversos observadores internacionais, como os ex-presidentes Evo Morales, da Bolívia, Rafael Correa, do Equador, e Fernando Lugo, do Paraguai. O dia de votação transcorreu sem tumultos, e o pleito foi marcado pelo alto grau de abstenção: segundo dados do CNE, apenas 30% dos eleitores aptos a votar compareceram às urnas.¹¹ Com o fim da apuração, o Gran

Polo Patriótico (GPP), aliança entre o PSUV e outros sete partidos, foi o grande vencedor, conquistando 68,43% dos votos. Em segundo lugar ficou a coligação Alianza Democrática, formada pelos partidos Acción Democrática, Copei, Avanzada Progresista e El Cambio, com 17,52% dos votos. Em terceiro ficou a Alianza Venezuela Unida, composta pelos partidos Primero Venezuela (dissidência do Primero Justicia) e Voluntad Popular, com 4,15 % dos votos. Por fim, o Partido Comunista de Venezuela, que pela primeira vez na história do chavismo não compôs o GPP, recebeu 2,7% dos votos.¹² Importante ressaltar que os partidos Acción Democrática e Voluntad Popular participaram das eleições sob direções designadas pelo TSJ em junho e julho de 2020, havendo alas dentro desses partidos que boicotaram o pleito.

O setor da oposição liderado por Guaidó organizou uma consulta popular paralela entre os dias 7 e 12 de dezembro, que teve como resultado o não reconhecimento da votação do dia 6 e a demanda por eleições livres. A adesão da população a essa consulta, assim como às eleições parlamentares, foi pequena. Com a aproximação do fim dos seus mandatos, parte dos deputados da Assembleia Nacional eleitos em 2015 que não participaram das últimas eleições aprovaram uma reforma do Estatuto de Transição Democrática da AN. Com isso, seus mandatos, que acabariam no dia 5 de janeiro de 2021, foram estendidos por mais um ano.¹³ Ademais, foi instituído que a Assembleia Nacional passaria a funcionar com uma Comissão Delegada, composta por apenas 15 deputados.¹⁴ Esse novo mecanismo foi fonte de discórdia entre os deputados aliados a Guaidó: membros do Acción Democrática discordaram da criação dessa Comissão e se abstiveram da votação.¹⁵

No dia 5 de janeiro de 2020, os

com.br/mundo/2020/09/dialogo-com-esse-regime-nao-serve-diz-opositora-que-rompeu-com-guaido-na-venezuela.shtml. Acesso em 10 jan 2021.

8 Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/09/ConjunturaLATSUL_Agosto2020.pdf. Acesso em 10 jan 2021.

9 Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/09/ConjunturaLATSUL_Agosto2020.pdf. Acesso em 10 jan 2021.

10 Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/10/ConjunturaLATSUL_Setembro2020.pdf. Acesso em 10 jan 2021.

11 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul Dezembro. Acesso em 10 jan 2021.

12 Disponível em: <https://efectococuyo.com/politica/cne-ofrece-segundo-boletin-participacion-baja-a-3050-y-votos-validos-llegan-6-251-080/>. Acesso em 10 jan 2021.

13 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul Dezembro. Acesso em 10 jan 2021.

14 Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2021/01/05/Qual-o-destino-de-Guaid%C3%B3-ap%C3%B3s-o-fim-de-seu-mandato>. Acesso em 10 jan 2021.

15 Disponível em: <https://efectococuyo.com/politica/diputados-aprueban-continuidad-constitucional-de-la-asamblea-nacional-sin-votos-de-ad/>. Acesso em 10 jan 2021.

deputados eleitos na votação do dia 6 de dezembro tomaram posse na Assembleia Nacional. Com isso, o chavismo retomou o controle do poder legislativo, ocupando 253 dos 277 assentos disponíveis. Os resultados das eleições parlamentares demonstram que a crise venezuelana está longe do fim, com o descrédito da população no sistema político e a ausência de lideranças dentro da oposição capazes de oferecer soluções para a crise. A partir de 2021, a Venezuela voltará a ter, oficialmente, um poder legislativo, com o encerramento das atividades da Assembleia Nacional Constituinte. Alguns setores da oposição, no entanto, continuam a questionar a legitimidade das instituições no país. O reconhecimento de autoridades paralelas, no entanto, estará enfraquecido.

O reestabelecimento da maioria chavista na Assembleia Nacional é acompanhado pela fragmentação da oposição ao governo Maduro. Sem uma liderança clara, são observados diversos grupos com ideias distintas sobre como contestar o chavismo. Um setor mais radical defende a mudança de regime via intervenção internacional. Um segundo grupo, composto por Guaidó e lideranças no exílio, como Leopoldo López¹⁶, insistem numa atuação que encontra cada vez menos apoio entre a população venezuelana. A legitimidade de suas ações, baseada amplamente no reconhecimento internacional, perde força com o fim legal de seus mandatos. Após a posse da nova Assembleia Nacional, a União Europeia deixou de reconhecer Guaidó como presidente, referindo-se a ele como membro destacado da oposição.¹⁷ A chegada de Joe Biden à Casa Branca deve reforçar essa tendência. Por fim, uma oposição mais moderada, representada por Capriles, fez em 2020 tentativas de negociação com o governo Maduro, e poderia oferecer soluções mais viáveis para a crise no país.

Para além das eleições: as dimensões internacional, econômica, social e ambiental da crise venezuelana

16 Leopoldo López, que estava abrigado na residência do embaixador espanhol em Caracas desde abril de 2019, fugiu para a Espanha em outubro de 2020. Disponível em: Conjuntura Latitude Sul Outubro. Acesso em 10 jan 2021.

17 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-06/ue-deixa-de-reconhecer-guaido-como-presidente-apesar-de-constatar-sua-lideranca.html>. Acesso em 10 jan 2021.

A crise na Venezuela é afetada pela ação de atores internacionais, com destaque para a postura dos Estados Unidos. Ao longo de 2020, o governo de Donald Trump endureceu as medidas para pressionar o governo venezuelano. No dia 26 de março, o governo estadunidense anunciou que estava processando Maduro e outros membros do governo por narcoterrorismo, oferecendo até US\$ 15 milhões por informações que pudessem levar a suas prisões. Já no dia 31 de março, foi anunciada uma proposta de transição democrática para a Venezuela. Os EUA suspenderiam as sanções contra o país em troca da criação de um conselho de governo sem Maduro e a organização de eleições livres. Logo após a divulgação dessa proposta, a Marinha estadunidense deslocou navios para a costa venezuelana, sob a justificativa de combater o tráfico de drogas na região. (SILVESTRE; CLOSS; BATISTA, 2020). Com Joe Biden na presidência estadunidense, a política externa dos EUA para a Venezuela tende a ser alterada. Sob o governo democrata, o país deve optar por privilegiar o diálogo com o governo de Maduro, abandonando a estratégia de pressão total adotada no governo republicano. Nesse sentido, a política externa estadunidense pode se assemelhar àquela adotada pela União Europeia, que buscou dialogar com o governo venezuelano em 2020.

No âmbito regional, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Grupo de Lima não foram capazes de viabilizar o diálogo entre o governo e a oposição venezuelanos, optando por apenas condenar as ações do governo Maduro (VELASCO JÚNIOR, 2019). Nesse sentido, no dia 9 de dezembro de 2020, a OEA aprovou uma resolução, proposta pelo Brasil, em que não reconhece a legitimidade das eleições parlamentares na Venezuela e classifica o governo de Maduro como uma ditadura.¹⁸ Cabe destacar a ausência do Brasil como mediador da maior crise sul-americana da atualidade: o governo de Jair Bolsonaro vem optando por se afastar desse papel, subordinando a política externa brasileira às diretrizes de Trump. Nesse sentido, em maio de 2020, mesmo em meio à pandemia, o governo brasileiro tentou expulsar os representantes diplomáticos do governo de Maduro do país – iniciativa que foi barrada

18 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul Dezembro. Acesso em 10 jan 2021.



pelo Supremo Tribunal Federal.¹⁹ Com essa postura, tentativas de mediação da crise venezuelana vêm sendo feitas por países de fora da região, como Noruega e Turquia.

Rússia e China, por sua vez, reconheceram os resultados das eleições parlamentares do dia 6 de dezembro. O pleito e o reestabelecimento de um único poder legislativo na Venezuela são fontes de legitimidade do governo de Maduro frente a esses atores. Em 2020, para atrair investimentos russos e chineses, o governo venezuelano propôs a chamada Lei Antibloqueio, que foi aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em outubro.²⁰ Com isso, o executivo passou a ter mais liberdade na administração dos recursos do país e foi autorizada a realização de investimentos anônimos, a fim de contornar as sanções impostas pelos EUA. Para apresentar a nova lei, em novembro Maduro fez uma reunião com empresários chineses, e a vice presidente Delcy Rodríguez foi à Rússia se reunir com empresários daquele país. Nesse sentido, a retomada do controle da Assembleia Nacional pelo chavismo oferece maiores garantias para a atração de investimentos desses países.

A busca por recursos externos procura amenizar a grave crise econômica na Venezuela. O país, que possui as maiores reservas de petróleo do globo e tem sua economia fortemente dependente da exportação desse produto, vem enfrentando dificuldades econômicas desde 2014, com a queda no preço do barril de petróleo. A empresa petrolífera venezuelana, Petróleos de Venezuela (PDVSA), vem reduzindo progressivamente a produção diária de barris de petróleo. Além da queda no preço do produto, a má administração da petrolífera – com falta de investimentos e denúncias de corrupção – e as sanções dos Estados Unidos contribuíram para a piora dos indicadores econômicos venezuelanos. Efeitos desse processo são graves crises de desabastecimento no país e o avanço da inflação.

A pandemia de Covid-19 em 2020 piorou esse cenário. Em março desse ano, o preço do barril de petróleo chegou a ser negociado em valores negativos, como resultado da queda na demanda e pela falta de acordo entre a

Arábia Saudita e a Rússia sobre os níveis de produção. Com isso, em maio, a produção de petróleo na Venezuela chegou a 570 mil barris por dia – níveis ínfimos quando comparados aos 3,2 milhões de barris diários em 2008.²¹ Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), a economia venezuelana teve uma contração de 30% em 2020.²²

A falta de gasolina gerou as maiores filas registradas na história do país, e levou a dificuldades na distribuição de alimentos e bens essenciais. O desabastecimento foi acompanhado por registros frequentes de falta de água e apagões. Frente a essa conjuntura, o combate à pandemia de Covid-19 ainda foi agravado pelas condições precárias do sistema de saúde venezuelano, que registra falta de leitos de terapia intensiva, medicamentos e equipamentos de proteção para os profissionais da saúde. Para enfrentar o novo coronavírus, o governo instituiu o método “7+7”, que alternava semanas de quarentenas rígidas com semanas de flexibilização. Os resultados dessa medida, no entanto, são difíceis de mensurar. Até o dia 15 de janeiro de 2021, a Venezuela tinha 118.415 casos de Covid-19, e 1.090 mortes²³. Em comparação com os outros países sul-americanos, a Venezuela apresentaria a menor taxa de casos por milhão de habitantes (4.083) e de mortes por milhão de habitantes (37). Os dados fornecidos pelo governo, no entanto, são questionados pela Universidade Johns Hopkins e ONGs como a Human Rights Watch²⁴.

Para enfrentar a crise de desabastecimento e a hiperinflação, o governo estabeleceu o controle de preços de 27 produtos. Além disso, foi instituído um novo sistema de compra de gasolina, que teve início no dia 1º de junho e acabou com a gratuidade do produto no país. Para além das medidas domésticas, a Venezuela passou a importar insumos petrolíferos do Irã para

21 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/producao-de-petroleo-da-venezuela-retrocede-niveis-de-1943-diz-opep-24484190>. Acesso em 10 jan 2021.

22 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55429358>. Acesso em 10 jan 2021.

23 Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/region/venezuela>. Acesso em 10 jan 2021.

24 Disponível em: <https://www.infobae.com/america/agencias/2020/05/26/venezuela-miente-sobre-cifra-de-muertes-por-covid-19-dicen-hrw-y-johns-hopkins/>. Acesso em 15 jan 2021.

19 Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/06/Conjuntura-Latitude-Sul-Maio2020v2.pdf>. Acesso em 10 jan 2021.

20 Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-54478149>. Acesso em 10 jan 2021.

lidar com a falta de gasolina. Em maio, cinco navios iranianos abastecidos com 1,5 milhão de barris de gasolina chagaram ao país, e uma segunda leva chegou em setembro. Essas medidas, no entanto, não solucionaram a crise, e protestos foram registrados em todo o país, principalmente nos meses de abril e setembro. (SILVESTRE; CLOSS; BATISTA, 2020)

As ações de repressão a manifestantes e de perseguição a opositores e jornalistas vem sendo denunciadas pela comunidade internacional. No dia 16 de setembro de 2020, foi divulgado o relatório da Missão Internacional Independente de Verificação dos Fatos sobre a Venezuela, que responsabilizou Maduro e outros membros do governo por crimes contra a humanidade. O relatório, de 443 páginas, investigou mais de 2 mil casos de violações de direitos humanos no país, ocorridos desde 2014. O mandato da Missão foi renovado por mais dois anos e o Grupo de Lima emitiu uma declaração solicitando que o Tribunal Penal Internacional investigue as denúncias feitas nesse relatório. No dia 25 de setembro, em sua atualização perante o Conselho de Direitos Humanos da ONU, a Alta-Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos, Michelle Bachelet, relatou que o governo de Maduro foi responsável pela morte de 2 mil pessoas em 2020.²⁵

Com o cenário de desabastecimento, apagões, hiperinflação e violação de direitos humanos, desde 2015 mais de 5 milhões de venezuelanos deixaram o país em busca de melhores condições de vida.²⁶ A Venezuela, portanto, vem se tornando a origem de uma das principais crises migratórias do século XXI. Em 2020, com a pandemia de Covid-19, essa tendência se acentuou. No início do ano, foi observado um movimento de retorno de alguns desses migrantes, principalmente daqueles que haviam emigrado para a Colômbia em busca de emprego. Segundo a agência de migração colombiana, mais de 81 mil venezuelanos haviam retornado ao seu país até junho. Esses venezuelanos enfrentaram obstáculos para retornar à Venezuela. O governo de Maduro chegou, inclusive, a estabelecer limites diários para a entrada de pessoas no país (SILVESTRE; CLOSS; BATISTA, 2020). Com essa restrição, muitos

migrantes passaram a utilizar as chamadas trochas, caminhos informais expostos à ação de redes de tráfico internacional de pessoas.²⁷ Em 2020, muitos venezuelanos também emigraram, enfrentando condições precárias para chegar em outros países. Em dezembro desse ano, uma tragédia aconteceu próximo à região de Güiria: um barco com migrantes que tentavam chegar à Trinidad e Tobago naufragou, causando a morte de pelo menos 33 venezuelanos.²⁸

Por fim, além da crise migratória, a Venezuela também é origem de crises ambientais. A piora nas condições da PDVSA vem ocasionando desastres ambientais na costa venezuelana. No início de agosto de 2020, uma mancha de petróleo oriunda de um navio da petrolífera foi identificada na costa do estado de Falcón. O desastre ambiental afetou o ecossistema do Parque Nacional Morrocoy.²⁹ Em outubro, outro navio da PDVSA com risco de afundar foi identificado no Golfo de Paria. O navio estava carregando mais de 1 milhão de barris de petróleo.³⁰ Além do derramamento de óleo no oceano, outra ameaça ao meio ambiente decorrente da crise venezuelana está na região amazônica. As atividades no Arco Mineiro do Orinoco se intensificaram a partir de abril de 2020, com a autorização da exploração de ouro e diamante em seis rios da região.³¹ O garimpo vem gerando graves impactos ambientais com o aumento do desmatamento e a poluição do solo e da água com mercúrio. Além disso,

27 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-18/maduro-redobra-a-ofensiva-contra-migrantes-que-retornam-por-acessos-ilegais-em-meio-a-pandemia.html>. Acesso em 10 jan 2021.

28 Disponível em: <https://efectocucuyo.com/venezuela-migrante/claves-del-naufragio-de-venezolanos-que-buscaban-llegar-a-trinidad-y-tobago/>. Acesso em 10 jan 2021.

29 Disponível em: <https://www.elnacional.com/sociedad/derrame-de-petroleo-de-un-barco-de-pdvsa-pone-en-riesgo-el-ecosistema-del-parque-nacional-morrocoy/>. Acesso em 10 jan 2021.

30 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/10/21/navio-venezuelano-com-mais-de-1-milhao-de-barris-de-petroleo-corre-riesgo-de-afundar.ghtml>. Acesso em 10 jan 2021.

31 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-20/voracidade-do-garimpo-sufoca-povos-indigenas-do-sul-da-venezuela.html>. Acesso em 10 jan 2021.

25 Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/10/ConjunturaLATSUL_Setembro2020.pdf. Acesso em 10 jan 2021.

26 Disponível em: <https://www.iom.int/venezuela-refugee-and-migrant-crisis>. Acesso em 10 jan 2021.



denúncias de violações de direitos humanos realizadas por grupos criminosos que controlam o território foram feitas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Ataques a povos indígenas da região também foram registrados.³²

Conclusão

Os acontecimentos de 2020 na Venezuela apontam para a permanência de um cenário de crise no país e a degradação das condições de vida dos venezuelanos. As eleições parlamentares do dia 6 de dezembro demonstraram o descrédito da população com o sistema político. A vitória do chavismo e o retorno da existência oficial de apenas um poder legislativo não indicam que a crise será solucionada no curto prazo. As estratégias adotadas pela oposição também encontram cada vez menos respaldo entre os venezuelanos. Com o fim de seu mandato, Guaidó, que tinha sua liderança muito baseada no reconhecimento de atores internacionais, perde legitimidade. A fragmentação da oposição pode abrir espaço para posições mais radicais, mas ao mesmo tempo pode oferecer oportunidades para setores mais moderados dialogarem com o governo de Maduro.

Nesse sentido, com a chegada de Biden à presidência estadunidense, tentativas de diálogo podem ser priorizadas em detrimento da estratégia de pressão total do governo Trump. Uma saída negociada da crise seria a melhor solução para o “empate catastrófico” que se encontra a Venezuela (HIRST et al., 2020). Enquanto isso, o governo de Maduro busca soluções para a crise econômica com a aprovação da Lei Antibloqueio e a atração de investimentos russos e chineses. Mas a permanência da crise política e institucional, sem uma solução negociada entre o governo e a oposição, representa um grande desafio a ser enfrentado pela Venezuela e pela comunidade internacional. Até agora, as tentativas de mediação e as negociações entre setores da oposição e o governo não ofereceram soluções para a população venezuelana. As condições de vida continuam a piorar, aprofundando as crises humanitária, migratória e ambiental nesse país sul-americano.

Referências

BATISTA, Thaís Jesinski. Dois presidentes

³² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53508543>. Acesso em 10 jan 2021.

e três assembleias: a crise na Venezuela se aprofunda. Boletim OPSA, n. 1, jan./mar., 2020. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim-OPSA-2020-n1-jan-mar-.pdf>. Acesso em: 06/01/2021.

HIRST, Mónica; LUJÁN, Carlos; ROMERO, Carlos; TOKATLIAN, Juan Gabriel. La Internacionalización de la Crisis en Venezuela. Friedrich-Ebert-Stiftung, 2020.

SILVESTRE, Amanda; CLOSS, Marília Bernardes; BATISTA, Thaís Jesinski. A pandemia nos países em crise: uma análise dos casos de Bolívia, Venezuela, Guiana e Suriname. Boletim OPSA, n. 2, abr./jun., 2020. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim-OPSA-2020-n2-abr-jun-2.pdf>. Acesso em: 06/01/2021.

VELASCO JÚNIOR, Paulo Afonso. A falência das instituições regionais diante da crise venezuelana. Boletim OPSA, n. 2, abr./jun. 2019. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim-OPSA-2019-N2-abr-jun-v2.pdf>. Acesso em: 06/01/2021.

WEBER, Leonardo Albarello. Eleições na Venezuela. Boletim OPSA, n. 2, abr./jun., 2018. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim-OPSA-2018-n02-abr-jun.pdf>. Acesso em: 06/01/2021.



Gênero, violência e políticas públicas no contexto da pandemia na América do Sul

Giovana Esther Zucatto
Pesquisadora OPISA e coordenadora do OFRI¹

Ana Beatrice Ferreira
Pesquisadora do OFRI

Diana Obermuller
Pesquisadora do OFRI

Giovanna Soares
Pesquisadora do OFRI

Petra Queiroz
Pesquisadora do OFRI

Renata Gonzalez
Pesquisadora do OFRI

Apresentação

No dia 17 de janeiro, Mônica Calazans foi a primeira pessoa a ser vacinada contra a Covid-19 no Brasil. Mulher, negra, enfermeira, responsável pelos cuidados da mãe, Mônica é uma representação importante dos grupos mais afetados pela pandemia do novo coronavírus. Mulheres, de forma geral, têm sofrido os efeitos da pandemia de forma desproporcional. Isso ocorre por uma variedade de fatores, sendo o mais imediato o fato de que mulheres constituem a maior parte da força de trabalho de saúde e cuidado não só de suas comunidades, mas também de suas famílias, estando na linha de frente de exposição à doença. Mulheres também estão mais sujeitas aos efeitos indiretos da pandemia. São elas que estão em situação de maior precarização laboral e, por isso, mais suscetíveis a crises econômicas. Além disso, em um contexto em que uma das principais medidas adotadas é o isolamento social, o que muitas vezes acaba por significar o confinamento junto a agressores, soma-se a dificuldade em acessar meios de denúncia

¹ O Observatório Feminista de Relações Internacionais (OFRI) é uma iniciativa independente de monitoramento da política internacional com enfoque de gênero. Boletins de conjuntura, entrevistas, ensaios e perfis de mulheres na política podem ser encontrados no site www.ofri.com.br

e espaços de acolhimento de vítimas de violência doméstica. Essa é uma realidade global, que atravessa diferentes realidades sociais.

No entanto, é preciso tomar cuidado ao empregar “mulher” enquanto uma categoria universal, ou mesmo assumir que estamos falando necessariamente de mulheres quando falamos em gênero. Mulheres são atravessadas por outros “marcadores” sociais como raça, etnicidade, classe e sexualidade que são essenciais no entendimento dos efeitos da pandemia, o que é bastante evidente quando analisamos o panorama sul-americano. Além disso, é preciso considerar a realidade enfrentada pela população LGBTI+ quando abordamos questões como violência com motivação de gênero e políticas públicas com preocupação de gênero. São essas as temáticas e preocupações que atravessam este trabalho.

Cada seção subsequente deste texto traz um quadro geral de dados sobre violência doméstica e feminicídio – quando disponível –, e políticas públicas com preocupação de gênero levadas a cabo no contexto na pandemia nos doze países da América do Sul. Uma dificuldade central deste tipo de levantamento diz respeito ao acesso a dados. Encontrar informações sistematizadas sobre medidas adotadas pelos governos é possível graças a iniciativas como o “COVID-19 Global Gender Response Tracker”² realizado pelo Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O problema maior está nas informações relativas à violência de gênero. Primeiro, porque alguns países não disponibilizam informações atualizadas sobre esse tipo de indicador – como Venezuela e Suriname, por exemplo. Segundo, e principalmente, pela dificuldade em colher esses dados, uma vez que uma grande quantidade de casos não é denunciada, cenário que se torna ainda mais complexo tendo em vista o caos social decorrente da pandemia. Assim, recorreremos aqui tanto a fontes oficiais, como levantamentos produzidos por organizações não-governamentais

Este texto se trata, em resumo, de um breve dossiê sobre gênero, violência e políticas públicas de enfrentamento à pandemia na América do Sul durante o ano de 2020, e é resultado da cooperação entre as pesquisadoras do Observatório Feminista de Relações Internacionais (OFRI) e do

² É possível acessar a plataforma através do link <https://data.undp.org/gendertracker/> Acesso em 18 jan 2021



Observatório Político-Sul Americano (OPSA). Esperamos apresentar um quadro geral da situação, lançando luz sobre a forma como gênero é mobilizado na produção de políticas públicas, uma temática que, em geral, é escanteada nas análises de conjuntura. Além disso, chamamos a atenção para um alarmante indicativo que são os altos índices de violência doméstica contra a mulher e contra população LGBTI+ na região. Nosso objetivo principal é chamar atenção para o fato de que qualquer análise sobre os efeitos sociais, políticos e econômicos da pandemia precisa ser sensível a gênero.

Argentina

Segundo informações do governo argentino³, ocorreu um aumento de 25% na média diária de ligações no período da pandemia na linha de denúncias do país. O serviço passou de 8417 ligações no mês de março para 10384 comunicações em abril – um aumento de mais de mil ligações. Nos meses subsequentes, os números se mantiveram próximos a dez mil denúncias⁴. Ainda segundo as informações fornecidas, 89% dos casos atendidos nesse período correspondem a violência doméstica e a vítima é mulher em 98% das situações, sendo os agressores homens em 91% das vezes.

Os dados sobre feminicídio também são preocupantes. De acordo com a organização Mujeres de la Matria Latinoamericana (MuMaLá), dezoito mulheres foram assassinadas por companheiros ou ex-companheiros nos primeiros vinte dias das medidas de isolamento social na Argentina⁵. Considerando os dados do ano de 2020, até 31 de agosto, ocorreram um total de 181 feminicídios⁶. Um dado importante de se observar é que ocorreu um aumento de 12% dos feminicídios em domicílio compartilhado

3 Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/generos/linea-144/informacion-estadistica> Acesso em 10 jan 2021

4 Os dados estatísticos disponíveis sobre atendimentos da linha 144 nos meses de abril, maio e julho ultrapassam 10.000 denúncias, no mês de junho o número de chamadas totalizou 9.929

5 Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/violencia-domestica-a-outra-urgencia-da-america-latina-em-quarentena/137784/> Acesso em 14 jan 2021

6 Disponível em: <https://libresdelsur.org.ar/noticias/nuevos-datos-sobre-femicidios-del-observatorio-mumala/> Acesso em 6 jan 2021

com o autor do crime de um ano para o outro⁷. Cabe destacar que a taxa geral de homicídio do país apresentou queda quando comparada ao mesmo período no ano anterior⁸. O feminicídio, porém, segundo a organização, foi o único delito que não apresentou diminuição.

No entanto, é preciso evidenciar o compromisso pela incorporação e transversalização da pauta de gênero, que foi assumido desde a campanha do presidente Alberto Fernández. De maneira coerente a essas propostas, o governo argentino tem apresentado uma atuação contundente no âmbito de medidas de gênero na pandemia, em especial as destinadas a combater a violência (CEPAL, 2020). De 44 medidas tomadas pelos países no combate à pandemia até setembro de 2020, 26 eram sensíveis a gênero (cerca de 49%), das quais treze delas correspondem a políticas específicas contra a violência de gênero, oito voltadas para a segurança econômica da mulher e diversidade e outras cinco relacionadas à economia do cuidado, de acordo com uma análise apresentada pela ONU Mulheres e PNUD⁹.

Entre a atuação do Ministério de Mulheres, Gênero e Diversidade, destacam-se as medidas em matéria de gênero e diversidade no marco da emergência sanitária – um compromisso voltado para enfrentamento da situação de violência agravada devido à situação do Covid-19, com o reforço de pessoal na linha 144 (linha de denúncias) e a criação de duas novas formas de contato, Whatsapp e e-mail, além de campanhas para publicizar o serviço¹⁰. A Ministra Elizabeth Gómez Alcorta, titular da pasta, também tem realizado reuniões com dirigentes distritais para apoiá-los no combate à violência de gênero. O Ministério também criou canais de comunicação direta com os governos locais e organizações civis e comunitárias para facilitar a coordenação de

7 *Ibidem*

8 Disponível em: <https://www.telam.com.ar/notas/202009/519672-la-onu-mantiene-a-argentina-en-el-primer-lugar-en-politicas-de-genero-contra-el-coronavirus.html> Acesso em 14 jan 2021

9 Disponível em: <https://notasperiodismopopular.com.ar/2020/07/31/argentina-implemento-la-mayor-cantidad-de-politicas-de-genero-contra-el-coronavirus-segun-la-onu/> Acesso em 12 jan 2021

10 Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/medidas_durante_la_emergencia_sanitaria_mmygd.pdf Acesso em 8 jan 2021

medidas¹¹. Além disso, por meio da articulação com movimentos sindicais e universitários, o governo dispôs alojamento para as vítimas que necessitarem. Outro importante ato foi a criação da campanha máscara vermelha¹², com o apoio da Confederação Farmacêutica Nacional, em que o pedido da “máscara vermelha” em estabelecimentos farmacêuticos indica denúncias de violência doméstica. O governo argentino também decretou algumas medidas destinadas especificamente para a população LGBTI+: reforço do trabalho junto a organizações sociais que promovem os direitos da população LGBTI+, reforço da assistência alimentar para pessoas trans e travestis, assim como a incorporação dessas pessoas aos programas de assistência social do governo, buscando garantir uma renda mensal para a população em situação de maior vulnerabilidade¹³.

Brasil

Em relação à violência de gênero, o Brasil registrou 648 feminicídios no primeiro semestre de 2020, 1,9% a mais que no mesmo período de 2019, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)¹⁴. Entre março e agosto, houve um feminicídio a cada nove horas, com uma média de três mortes por dia¹⁵. Em outubro, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020 apontou que, durante o primeiro semestre de 2020, os registros nas delegacias caíram 9.9%, mas houve um aumento de 3,8% nas chamadas para o 190 sobre casos de violência doméstica, chegando

11 Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/05/25/com-ministra-feminista-argentina-da-licao-no-combate-a-violencia-domestica.htm> Acesso em 14 jan 2021

12 Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/05/25/codigo-mascara-vermelha-ajuda-vitimas-de-violencia-domestica-na-argentina> Acesso em 8 jan 2021

13 Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/generos/medidas-en-materia-de-genero-y-diversidad-en-el-marco-de-la-emergencia-sanitaria> Acesso em 14 jan 2021

14 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/11/23/com-restricoes-da-pandemia-aumento-da-violencia-contr-a-mulher-e-fenomeno-mundial.ghtml> Acesso em 6 jan 2021

15 Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2020/10/10/uma-mulher-e-morta-a-cada-nove-horas-durante-a-pandemia-no-brasil> Acesso em 6 jan 2021

a um total de 147.379 ligações¹⁶.

No que tange à atuação governamental frente ao problema, o governo brasileiro implementou 11 medidas com perspectiva de gênero durante a pandemia (CEPAL, 2020). Em março, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos estabeleceu recomendações sobre ações de combate à violência contra meninas e mulheres no contexto da pandemia¹⁷. Em abril, o Ministério intensificou a divulgação da linha gratuita 180 para orientação às mulheres em situação de violência e o atendimento virtual prestado pelos Ministérios Públicos e Defensores Públicos. Além disso, teve a campanha “Alô, Vizinho; Alô Mulheres e Alô Condôminos” dirigida a mulheres, vizinhos, familiares e comunidade, com o objetivo de sensibilizar para a importância da denúncia de tipos de violência previstos na Lei Maria da Penha¹⁸. Ainda em abril, foram divulgadas campanhas de informação sobre os direitos das mulheres no contexto da pandemia da Covid-19. O documento “Cartilha: Mulheres na COVID-19”¹⁹ apresentou orientações sobre saúde, em particular, das mulheres grávidas e lactantes, informações sobre os serviços de violência disponíveis e medidas de apoio ao emprego e ao empreendedorismo feminino.

No mesmo mês, a presidência publicou a lei 12.982, que estabeleceu um auxílio emergencial de 600 reais (cerca de US \$ 110) por mês por um período de três meses para trabalhadores informais, desempregados, microempresários de baixa renda, afetados pela queda de suas atividades devido à Covid-19²⁰. Para mulheres de famílias

16 Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2020/11/11/chamadas-para-190-com-casos-de-violencia-domestica-aumentam-durante-pandemia> Acesso em 10 jan 2021

17 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/ministerio-recomenda-que-organismos-de-politicas-para-mulheres-nao-paralisem-atendimento/SEI-MDH1136114.pdf/view> Acesso em 6 jan 2021

18 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/julho/campanha-de-enfrentamento-a-violencia-contr-a-mulher-ganha-forca-em-10-estados-do-pais> Acesso em 6 jan 2021

19 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/abril/cartilha-orienta-mulheres-durante-a-pandemia-do-coronavirus/MulheresCOVID19.pdf> Acesso em 8 jan 2021

20 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>



monoparentais, estava contemplado um pagamento mensal de 1.200 reais (cerca de US \$220). Por meio da medida provisória nº. 1000, o auxílio emergencial se estendeu até 31 de dezembro de 2020²¹.

Em junho, o Ministério da Cidadania, a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social e a Secretaria Nacional de Assistência Social aprovaram uma nota técnica²² que contém recomendações gerais para o atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar na rede de assistência social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em contexto de pandemia. Além disso, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), lançou a campanha “Sinal vermelho contra a violência doméstica”, para facilitar a denúncia contra a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Mulheres em situação de violência podem ir às farmácias com um “X” vermelho na palma da mão para que os funcionários entendam que se trata de uma situação de violência e façam a comunicação com a linha 911²³.

Bolívia

Na Bolívia, a pandemia da Covid-19 se sobrepôs a uma crise política que ocorre desde 2019 e que culminou no golpe que levou Jeanine Áñez à presidência. De fato, a chegada violenta ao poder, caracterizada pelo racismo e pela simbologia dos valores cristãos, já sinalizava uma resposta à emergência sanitária baseada nas Forças Armadas e policiais e no discurso de fé cristã (SILVESTRE, CLOSS e BATISTA, 2020). Para uma abordagem sensível ao gênero, isso significou medidas visando apenas o papel reprodutivo das mulheres, a exclusão

[ccivil.03/ Ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm](http://ccivil.03/Ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm)

Acesso em 7 jan 2021

21 Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.000-de-2-de-setembro-de-2020-275657334?ga=2.164017599.1494422436.1604062801-1563658650.1604062801> Acesso em 6 jan 2021

22 Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-86-de-1-de-junho-de-2020-259638376> Acesso em 6 jan 2021

23 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/junho/ministerio-integra-a-campanha-201csinal-vermelho-contra-a-violencia-domestica201d> Acesso em 5 jan 2021

das mulheres indígenas das estratégias sanitárias estatais e a ineficácia do combate à violência de gênero.

O governo boliviano implementou 5 medidas com perspectiva de gênero durante a pandemia, dentre elas as temáticas de violência de gênero, economia do cuidado e proteção social (CEPAL, 2020). Em relação à violência de gênero, foram realizadas campanhas de informação através das redes sociais, divulgando as linhas telefônicas e de WhatsApp para atendimentos, assim como uma cartilha sobre os serviços de orientação para mulheres em situação de violência na quarentena, feita em parceria com a ONU Mulheres²⁴. No âmbito da economia do cuidado, as medidas constituíram em outorgar licenças especiais para grávidas e mães, pais ou responsáveis por crianças menores de cinco anos²⁵ e em campanhas de divulgação sobre os direitos das trabalhadoras domésticas remuneradas no contexto da pandemia²⁶. Em proteção social, a medida com perspectiva de gênero foi o auxílio de renda Canasta familiar, no qual um dos grupos beneficiários foram gestantes ou mães de crianças até dois anos²⁷.

Tais medidas têm como pressuposto uma concepção das mulheres apenas enquanto reprodutoras, negligenciando por exemplo as suas contribuições para a esfera econômica e produtiva, conforme apontou um relatório da ONU Mulheres²⁸. Em um país no qual 70% das mulheres trabalha no mercado informal e 82% nos setores de serviços e comerciais, muito afetados pela pandemia, o relatório critica a ausência de ações

24 Disponível em: <https://www.boliviasegura.gob.bo/archivos/GUIA-VIOLENCIA.pdf> Acesso em 6 jan 2021

25 Disponível em: <http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/edicions/view/1246NEC> Acesso em 8 jan 2021

26 Disponível em: <https://www.mintrabajo.gob.bo/images/Comunicados/2020/comunicado-26-2020.pdf> Acesso em 5 jan 2021

27 Disponível em: https://produccion.gob.bo/wp-content/uploads/2020/04/MDPyEP-RBM-001.20-CANASTA-FAMILIAR-MEFP-31.03.2020_MA-DEF.pdf Acesso em 8 jan 2021

28 Disponível em: <https://lac.unwomen.org/es/digiteca/publicaciones/2020/04/bolivia-impacto-covid-19-en-las-mujeres-trabajadoras> Acesso em 7 jan 2021

direcionadas para essa população²⁹. Além disso, podemos verificar a falta de medidas para mulheres indígenas, cuja comunidade não teve atendimento médico adequado nem alternativas para a perda de renda³⁰.

Outro grupo social prejudicado pelas políticas do Estado foram as pessoas LGBTQ+. Entre os impactos destacam-se o desemprego, agravamento de situações de violência intrafamiliar, despejos e negligência médica³¹. No caso das pessoas trans, a paralisação nos trâmites para a mudança de nome nos registros oficiais fez com que muitas não conseguissem acessar benefícios de transferência de renda, além de não serem contempladas pelo auxílio Canasta familiar³². Ressalta-se, igualmente, a recusa de policiais em receberem denúncias feitas por mulheres trans que sofreram violência³³.

Por fim, no que diz respeito à violência de gênero, foram registrados cerca de 24 mil casos e 125 feminicídios até setembro de 2020³⁴. Nesse contexto, a Defensoria do Povo, em um informe apresentado para a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (CEDAW), considerou insuficientes as iniciativas do Estado para atender às mulheres vítimas de violência³⁵. Segundo o documento, muitos servidores públicos ficaram centrados nos esforços de vigilância e controle, prejudicando a já insuficiente presença estatal no âmbito da violência de gênero, sobretudo em cidades menores e áreas rurais³⁶. Vale ressaltar que, em janeiro de 2020, Añez declarou

29 Disponível em: <https://lac.unwomen.org/es/digiteca/publicaciones/2020/04/bolivia-impacto-covid-19-en-las-mujeres-trabajadoras> Acesso em 6 jan 2021

30 Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/uniendo-tradicion-y-tecnologia-mujeres-indigenas-lideran-enfrentamiento-a-la-pandemia/> Acesso em 6 jan 2021

31 Disponível em: <https://www.paginasiete.bo/gente/2020/6/20/la-pandemia-golpea-al-colectivo-trans-con-violencia-desalojo-discriminacion-258912.html> Acesso em 10 jan 2021

32 *Ibidem*

33 *Ibidem*

34 Disponível em: <https://www.defensoria.gob.bo/noticias/defensoria-del-pueblo-considera-insuficientes-los-esfuerzos-del-estado-para-atender-a-mujeres-victimas-de-violencia> Acesso em 6 jan 2021

35 *Ibidem*

36 *Ibidem*

2020 como o ano para erradicar a violência contra mulheres e crianças³⁷. Organizações internacionais chegaram a se comprometer com a iniciativa, mas nada foi feito e o plano não voltou a ser mencionado³⁸.

Colômbia

Assim como em outros países da América do Sul, também houve um aumento da violência de gênero durante o período da pandemia da Covid-19 na Colômbia. Em 2020, de acordo com os dados disponíveis até o momento, 37 mulheres colombianas foram assassinadas. Durante os dias corridos de isolamento, os pedidos de ajuda aumentaram em 79%. Por sua vez, o Ministério Público recebeu 578 ligações, das quais 132 advinham de denúncias de violência doméstica e 55, de violência sexual³⁹.

Frente a esse cenário, o governo colombiano criou um total 16 medidas com o objetivo de conter a violência sofrida por mulheres no contexto da pandemia (CEPAL, 2020). As medidas tomadas visam abranger tópicos como apoio econômico, oportunidade de emprego, benefícios de proteção social, acesso à tecnologia e proteção ligada à saúde. Em outubro de 2020, foi implementado o que ficou conhecido como Diretriz Presidencial N°11: Compromisso com a Colômbia⁴⁰, que visa medidas voltadas à inclusão e geração de empregos para mulheres colombianas, especialmente mulheres rurais e chefes de família. Outra importante medida foi o Decreto Legislativo N°810⁴¹ que autoriza a criação de um Patrimônio Autônomo de

37 Disponível em: <https://comunicacion.gob.bo/?q=20200113/28577> Acesso em 8 jan 2021

38 Disponível em: <https://violentadasencuarentena.distintaslatitudes.net/portfoliobolivia/> Acesso em 8 jan 2021

39 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-04-09/a-violencia-de-genero-e-una-pandemia-silenciosa.html> Acesso em 6 jan 2021

40 Disponível em: <https://dapre.presidencia.gov.co/normativa/normativa/DIRECTIVA%20PRESIDENCIAL%20No%2011%20DEL%2013%20DE%20OCTUBRE%20DE%202020.pdf> Acesso em 10 jan 2021

41 Disponível em: <https://dapre.presidencia.gov.co/normativa/normativa/DECRETO%20810%20DEL%204%20DE%20JUNIO%20DE%202020.pdf> Acesso em 9 jan 2021



financiamento, investimento e prestação de assistência técnica para o empreendedorismo, a formalização e o fortalecimento empresarial das mulheres. Além disso, o governo colombiano buscou reforçar o conhecimento e a utilização da linha telefônica 155 como forma de orientar as vítimas de atos brutais. Também, buscou-se reforçar a linha 122 e 144, ambas de apoio às vítimas de violência intrafamiliar, sexual e baseada no gênero.

Outro importante ator que buscou conter a violência de gênero no país foi o terceiro setor. A ONG Colombiana Rede Borboletas, atuante desde 2014, vem buscando intensificar seu trabalho tendo em vista o cenário de brutal violência às mulheres. Sua responsabilidade é promover oficinas sobre legislação e direitos da mulher, assim como realizar capacitações para proporcionar conhecimento e habilidades técnicas às vítimas⁴².

Dentre as medidas realizadas durante a pandemia pelo governo colombiano, há críticas com relação à algumas em especial. Em abril de 2020, duas cidades da Colômbia, Bogotá⁴³ e Cartagena⁴⁴, instauraram uma medida de prevenção do coronavírus com base no gênero para limitar o número de pessoas na rua: nos dias ímpares, os homens podiam sair de casa para realizar as tarefas essenciais, já nos dias pares é a vez das mulheres. Nesse cenário, entram em cena as comunidades LGBTQI que são afetadas drasticamente. De acordo com a Associação Silueta X, no ano de 2019, dezesseis 16 LGBTI+ foram assassinadas, em sua maioria trans⁴⁵. Já em de agosto de 2020, houve um salto de quatro assassinatos.

Equador

42 Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/ong-colombiana-de-direitos-das-mulheres-recebe-maior-premiacao-mundial-de-refugiados/>
Acesso em 6 jan 2021

43 Disponível em: <https://www.osul.com.br/na-capital-colombiana-a-estrategia-e-homens-em-um-dia-mulheres-no-outro-no-combate-ao-coronavirus/> Acesso em 6 jan 2021

44 Disponível em: https://caracol.com.co/emisora/2020/04/14/cartagena/1586828425_920701.html Acesso em 9 jan 2021

45 Disponível em: <https://www.osul.com.br/na-capital-colombiana-a-estrategia-e-homens-em-um-dia-mulheres-no-outro-no-comba> Acesso em 6 jan 2021

No Equador, segundo informações advindas de organizações feministas e da Fiscalía General del Estado (FGE) a violência contra a mulher aumentou de maneira brutal durante o ano de 2020⁴⁶. De janeiro a março, antes do confinamento da pandemia, foram reportadas 11.030 denúncias por delitos de violência. Dentre o total de denúncias realizadas durante todo o ano, destacam-se 22.309 denúncias de violência psicológica contra a mulher ou membros do núcleo familiar e 5.271 relatos de violência sexual.⁴⁷

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, da sigla em inglês) realizou um relatório no qual mostra que, até o momento, 21 medidas foram criadas em defesa da proteção das mulheres vítimas de violência no Equador.⁴⁸ Dentre elas, 11 voltadas à busca pela maior sensibilidade ao gênero, isto é, conscientizando ao maior respeito às mulheres, 9 medidas relacionadas à defesa contra a violência às mulheres e 2 delas voltadas à seguridade econômica. Uma dessas importantes medidas foi tomada pela Secretaria de Direitos Humanos, que preside o Sistema de Proteção às vítimas de violência. Por meio da campanha “#MujerEcuadorTeAcompaña”, são divulgadas informações nas linhas telefônicas 911 e 1800 com base em serviços de atendimento e orientação em casos de violência doméstica e de gênero.⁴⁹ Além disso, vídeos, mensagens e infográficos são postados em redes sociais e na mídia em geral, a partir de uma perspectiva de gênero, intercultural e intergeracional. Da mesma forma, essas mesmas mensagens são disseminadas com o apoio de figuras públicas (jornalistas, cantores e influenciadores).

Em novembro de 2020, dada a situação de calamidade, houve uma manifestação em Quito de grupos feministas ao demandar a despenalização do aborto em casos de violência.⁵⁰ A representação de vários movimentos feministas e ONGs, como a Comissão Econômica de Direitos

46 Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2020/12/09/377219> Acesso em 7 jan 2021

47 *Ibidem*

48 Disponível em: <https://data.undp.org/gendertracker/> Acesso em 8 jan 2021

49 Disponível em: <https://data.undp.org/gendertracker/> Acesso em 8 jan 2021

50 Disponível em: <https://www.nodal.am/2020/11/ecuador-colectivos-feministas-piden-despenalizar-el-aborto-en-casos-de-violacion/> Acesso em 8 jan 2021



Humanos e o Movimento de Mulheres de El Oro, demandavam a inconstitucionalidade com respeito ao artigo do Código Penal para que se amplie a despenalização do aborto em casos de violação. De acordo com os grupos presentes no local, a pandemia agravou e têm provocado um incremento quanto às questões de violência sexual às mulheres. Esse mesmo tipo de violência, está entre as três principais razões da primeira causa de morte entre os adolescentes equatorianos, o suicídio. As outras duas razões são conflitos amorosos e gravidez não desejada.⁵¹

Chile

Segundo dados da CEPAL, de março a dezembro de 2020 foram implementadas 19 medidas governamentais com perspectiva de gênero no Chile, no contexto de crise de Covid-19⁵². Na conjuntura de crise institucional no Ministério da Mulher da Igualdade de Gênero⁵³ e do processo de votação para uma nova constituinte, destacam-se as ações do governo nos setores de combate às violências contra as mulheres, economia de cuidado, geração de emprego e participação digital feminina.

Apesar de somente em julho ter sido criado o Conselho “Mulheres COVID-19” que tem como objetivo incluir mulheres de diversos âmbitos da sociedade nos debates de ações em combate à crise⁵⁴, medidas sensíveis a gênero já estavam sendo tomadas desde o primeiro mês da pandemia. Em março de 2020, foi estabelecida a renovação automática por seis meses das medidas cautelares a favor das mulheres vítimas de violência durante a crise sanitária⁵⁵. No mesmo mês, o Ministério da Mulher e da Igualdade de Gênero apresentou um plano de contingência, garantido a continuidade do atendimento, proteção e reparação às mulheres em situação de violência nos Centros de Atendimento à Mulher, além da habilitação do atendimento à distância⁵⁶. Nesse plano, destacou-se **também o reforço da linha telefônica para**

51 *Ibidem*

52 Disponível em: <https://cepalstat-prod.cepal.org/forms/covid-countrysheet/index.html?country=CHL&theme=8> Acesso em 6 jan 2021

53 Disponível em: <https://ofri.com.br/nunca-mas-sin-nosotras-feminismo-e-politica-institucional-no-chile-de-2020/> Acesso em 11 jan 2021

54 Disponível em: <https://minmujeryeg.gob.cl/?p=40913> Acesso em 6 jan 2021

55 Disponível em: <https://www.sernameg.gob.cl/?p=30996> Acesso em 3 jan 2021

56 Disponível em: https://minmujeryeg.gob.cl/?page_id=38495 Acesso em 4 jan 2021

emergências, além do estabelecimento de novos canais como WhatsApp e chat online⁵⁷. Nesse contexto, de março à maio, houve um aumento de 63% nas ligações⁵⁸, com mais de 50 mil chamadas recebidas⁵⁹. Em abril, uma campanha nas quais as mulheres em situação de risco poderiam dirigir-se a farmácias e por meio da palavra-chave “Máscara 19” acessar o número de emergências também foi implementada⁶⁰.

Além disso, duas leis foram aprovadas na temática de economia de cuidado. A Lei nº 21.227 garantiu acesso aos benefícios do seguro-desemprego às trabalhadoras domésticas que contribuem para o sistema de pensões⁶¹. Em conjunto, a Lei nº 21.247 prorrogou a licença maternidade e estabeleceu que filiados ao seguro-desemprego que estejam a cargo do cuidado de um ou mais filhos nascidos após 2013 poderiam requerer a suspensão do contrato de trabalho e serem amparados pelo Estado enquanto escolas e creches continuassem fechadas⁶².

Buscando reinserir mulheres que perderam suas rendas em meio ao isolamento social no mercado de trabalho, o governo buscou ações no meio digital. Os programas englobam desde cursos online de aprimoramento profissional⁶³, até a criação de comunidades virtuais focadas em divulgar serviços e produtos como o programa #PasaElDato⁶⁴ e a plataforma “Mercado Mujer

[cl/?p=40152](https://minmujeryeg.gob.cl/?p=40152) Acesso em 4 jan 2021

57 *Ibidem*

58 Disponível em: <https://minmujeryeg.gob.cl/?p=40152> Acesso em 4 jan 2021

59 Disponível em: <https://violentadasencuarentena.distintaslatitudes.net/datos/> Acesso em 6 jan 2021

60 Disponível em: https://minmujeryeg.gob.cl/?page_id=39626 Acesso em 6 jan 2021

61 Disponível em: <https://www.chileatiende.gob.cl/fichas/77784-ley-de-proteccion-al-empleo> Acesso em 9 jan 2021

62 Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1147763&buscar=21.247> Acesso em 10 jan 2021

63 Disponível em: <https://www.prochile.gob.cl/evento/logistica-de-exportacion-para-mujeres-empresarias/> Acesso em 9 jan 2021 e em https://www.corfo.cl/sites/cpp/sala_de_prensa/nacional/02_07_2020_corfo_y_mujeres_de_pacifico_cursos_emprendedoras Acesso em 9 jan 2021

64 Disponível em: <https://minmujeryeg.gob.cl/?p=39560> Acesso em 6 jan 2021



Online”⁶⁵. Além disso, o Programa “PAR Impulsa”, que disponibiliza verbas para que pequenas empresas lideradas por mulheres consigam se estruturar e sobreviver à crise, também propôs ações para digitalização de pequenos negócios⁶⁶. No tocante às escassas medidas de proteção social implementadas pelo governo, foi aprovado um subsídio de emergência, no valor de 60 dólares por casa, que incluiu como beneficiárias meninas e adolescentes até 18 anos, gestantes e mães de família⁶⁷. Com o avanço da pandemia, o subsídio foi prorrogado, ampliado⁶⁸ e, dos 1.911.435 domicílios atendidos, 62,2% eram de mulheres como chefes de família⁶⁹.

Apesar das ações do governo, organizações feministas no país denunciam que muitas delas foram mais midiáticas do que efetivas. No ano de 2020, 53 feminicídios foram registrados no país⁷⁰. A sobrecarga nas ligações e as filas de espera para atendimentos nos centros de apoio às mulheres em Santiago, por exemplo, não foram resolvidas pelo governo⁷¹, enquanto a militarização nas ruas também levou a prisão injusta de mulheres indígenas (FIMI, 2020). Além disso, muitas das medidas excluem mulheres que trabalham sem contratos de trabalhos formais e sem acesso ao meio digital⁷². Nesse contexto, a

campanha #EnRedNosCuidamos, iniciada por organizações e coletivos feministas, destacou-se por promover e divulgar projetos comunitários, independentes e locais de apoio às mulheres desamparadas pelo Estado em 2020⁷³.

Guiana

De acordo com dados produzidos pelo Caribbean Women Count: Ending Violence against Women and Girls Data Hub, 55% das mulheres que vivem Guiana já experimentaram violência doméstica, seja física, econômica, psicológica ou sexual⁷⁴. Ainda, durante a pandemia, segundo a Ministra de Seguridade Social Vindhya Persaud, o número de denúncias de violência diminuiu, devido em especial à falta de possibilidade de acesso ao serviço. No ano de 2019 foram recebidas, no período de janeiro a julho, 1009 denúncias de violência, já em 2020 no mesmo período somente 568 casos⁷⁵.

Os números oficiais demonstram queda nas denúncias; entretanto, o relato de organizações não governamentais e da sociedade civil que trabalham com o acolhimento de vítimas de violência de gênero chama atenção para o aumento no número de atendimentos realizados. Segundo representantes da Health and Shelter, entre abril e novembro ocorreu um aumento de mais de 300% nos atendimentos na linha de denúncias, além da lotação do abrigo, obrigando que nos últimos 7 meses 35 sobreviventes tenham sido recusados⁷⁶. Outro importante fator a se relatar é a vulnerabilidade a qual grupos indígenas estão sujeitos nesse contexto. Os wapichanas tiveram seu território invadido e explorado por mineradores durante a pandemia, o que colocou o grupo em risco direto de contágio da doença, além da violência da expropriação de seu território. Como reporta o relatório

65 Disponível em: <https://minmujeryeg.gob.cl/?p=41570> Acesso em 6 jan 2021

66 Disponível em: <https://minmujeryeg.gob.cl/?p=41879> Acesso em 6 jan 2021

67 Disponível em: <https://www.chileatiende.gob.cl/fichas/77255-bono-de-emergencia-covid-19> Acesso em 9 jan 2021

68 Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1145400&idVersion=2020-08-03> Acesso em 8 jan 2021

69 Disponível em: <http://www.desarrollosocialyfamilia.gob.cl/noticias/un-622-de-hogares-beneficiados-hasta-ahora-con-el-nuevo-ingreso-familiar-de-emergencia-tiene-una-muj> Acesso em 8 jan 2021

70 Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/chile-alerta-aumento-femicidios-20201219-0018.html> Acesso em 10 jan 2021

71 Disponível em: <https://violentadasencuarentena.distintaslatitudes.net/portfolio/chile/> Acesso em 9 jan 2021

72 Disponível em: <https://www.ciperchile.cl/2020/03/27/por-que-el-plan-economico-ante-el-covid-19-es-insuficiente-y-lo-agrava-el-dictamen-que-permite-no-pagar-remuneraciones/> Acesso em 9 jan 2021

73 Disponível em: <http://www.nomasviolenciacontramujeres.cl/enrednoscuidamos/> Acesso em 4 jan 2021

74 Disponível em: <https://caribbeanwomenscount.unwomen.org/countries.html?country=1> Acesso em 9 jan 2021

75 Disponível em: <https://www.stabroeknews.com/2020/12/11/news/guyana/914-domestic-violence-hotline-launched/> Acesso em 3 jan 2021

76 Disponível em: <https://www.stabroeknews.com/2020/12/03/opinion/letters/violence-against-women-and-girls-has-skyrocketed/> Acesso em 7 jan 2021

O Impacto do Covid na vida das Mulheres Indígenas produzido pelo Foro Internacional de Mulheres Indígenas (FIMI):

“As mulheres indígenas wapichana, em Guiana, expressaram que durante o confinamento viveram um aumento do estresse pelo aumento do número de relatos de violência e abuso sexual; em seu território viram a chegada de mineiros e as mulheres líderes são as que apoiam o controle das entradas da comunidade, por isso foram ameaçadas” (FIMI, 2020, p.18)

A Guiana é o único país na América do Sul na qual as relações homoafetivas são proibidas por lei, o que dificulta um acompanhamento das violências às quais a população LGBTI+ encontra-se submetida. Assim, devido à falta de acesso a dados, não é possível pormenorizar a situação desse grupo no país durante a pandemia de Covid-19.

O governo tomou uma medida no contexto da pandemia voltada ao combate à violência de gênero. Trata-se de uma medida para a divulgação e disseminação de informações e a criação de uma linha 24 horas, sem custo de ligação, o que fornece suporte e encaminhamento a denunciante, o número 914⁷⁷. Ainda segundo a Ministra Persaud, será oferecido treinamento às vítimas para possibilitar que elas possam adquirir meios para tornar-se financeiramente independentes⁷⁸, mas não há uma maior clareza sobre como será oferecido nem através de qual programa.

Paraguai

O país apresentou aumento significativo durante o ano no acesso a linhas de suporte a vítimas de violência de gênero. A linha 137, principal linha de contato para denúncias e encaminhamento de vítimas, apresentou aumento de 78% de chamadas comparado ao mesmo período do ano anterior, e considerados o acesso a outras linhas locais de denúncia de março a outubro, as denúncias aumentaram em 89% quando comparadas ao ano de 2019⁷⁹. Os casos de feminicídio apresentaram uma diminuição

77 Disponível em: <https://www.stabroeknews.com/2020/12/11/news/guyana/914-domestic-violence-hotline-launched/> Acesso em 3 jan 2021

78 Disponível em: <https://dpi.gov.gy/human-services-ministry-launches-914-emergency-line-for-abuse-victims/> Acesso em 9 jan 2021

79 Disponível em: http://www.mujer.gov.py/application/files/8916/0865/6560/2do_Informe_de_Gestion_final.pdf Acesso em 5 jan 2021

segundo dados do Observatório da Mulher: em 2019 foram, em números absolutos, 37 casos e 57 tentativas; em 2020, o número foi de 36 casos (32 adultas e 4 menores de idade) e 17 tentativas. O número de dias médios entre casos, entretanto, diminuiu: em 2019, foi de 9,7 dias e, em 2020, de 8,8 dias⁸⁰.

Importante ressaltar também o aprofundamento da violência contra pessoas trans: foi constatado o aumento de denúncias de violência por organizações dedicadas ao apoio de pessoas LGBTI+, como a Panambi, que relatou receber mais de 100 denúncias no ano de 2020⁸¹. Segundo a ativista Yren Rotela⁸², boa parte da população trans do país é trabalhadora do sexo e, durante a pandemia, não conseguiram acessar os programas de transferência de renda destinados a autônomos.

O caso de Marisel, menina guarani de 12 anos de idade que foi encontrada morta e abusada, levanta ainda um importante ponto sobre a desproteção a qual os povos indígenas estão suscetíveis no país, como destaca a Organização de Mulheres Indígenas e Campesinas (CONAMURI)⁸³:

“Até o momento, em 2020, já ocorreram diversos casos de violência contra as mulheres indígenas, resultado da falta de proteção do Estado, pois os direitos humanos básicos não estão garantidos para nenhum dos 19 povos indígenas que habitam o território nacional, representantes apenas de 2% da população total”

As medidas tomadas pelo governo paraguaio dentro do contexto de enfrentamento à Covid-19 que tratam de gênero são sete: três dentro da categoria violência de gênero contra a mulher, uma de emprego e geração de renda, uma relacionada à proteção social, uma de inclusão digital e uma sem classificação. No primeiro grupo estão: 1) Elaboração do Protocolo de Proteção e Atenção a Mulheres Vítimas e Sobreviventes da Violência ante a Situação de Emergência

80 Disponível em: http://ciudadmujer.gov.py/application/files/2416/0996/4966/ACTUALIZADO_AL_28_DIC_2020.pdf Acesso em 5 jan 2021

81 Disponível em: <https://agenciapresentes.org/2020/12/23/lgbt-resistieron-con-autogestion-la-violencia-estatal-y-discriminacion-en-2020-en-paraguay/> Acesso em 4 jan 2021

82 *Ibidem*

83 Disponível em: <https://www.conamuri.org.py/condenamos-la-violencia-hacia-las-ninas-indigenas/> Acesso em 5 jan 2021



do Coronavírus; 2) Fortalecimento das linhas de apoio, e atenção e denúncia, atualização do rol de informações e serviços obtidos através das linhas 137, 147 e 911, além da criação de canais no Whatsapp, aumento do horário de funcionamento e fortalecimento do apoio psicossocial a vítimas através desses; 3) Medidas para funcionamento dos albergues para evitar a prevenção de coronavírus e permitir uma triagem adequada para mulheres e filhos. Sobre Emprego e Geração de Renda, apoio ao comércio de produtos de empreendimentos femininos, por meio dos serviços digitais, venda online e divulgação via rede social. A medida com relação à proteção social trata-se de o programa Tekoporã, de transferência de renda para famílias pobres, fornecendo aos beneficiários uma suplementação durante esse período; vale ressaltar que, entre seus beneficiários, 82% são mulheres. A medida de inclusão digital é a realização de um Hackathon online voltado a criação de meios digitais para apoio a grupos vulneráveis e soluções tecnológicas. Finalmente, a gestão da Secretária de Gênero da Suprema Corte foi reforçada e adaptada à situação, concedendo a extensão automática de medidas protetivas.

Peru

O Peru é o país com a maior mortalidade⁸⁴ por habitante da América Latina por coronavírus. O sistema de saúde precário, a falta de atenção primária, escassez de unidades de terapia intensiva e superlotação dificultam o combate à pandemia. Além disso, o país vivencia uma forte crise institucional e política⁸⁵. Quando olhamos para a violência de gênero na crise sanitária, o cenário também é desolador: o vice-ministro de Segurança Pública do Ministério do Interior do Peru, Raúl Savitzky Mendoza, disse que entre janeiro e agosto de 2020 foram recebidas 134.980 denúncias de violência doméstica⁸⁶. Destas, 78.432 correspondem à violência

84 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-04/as-razoas-do-recorde-de-mortes-por-covid-19-no-peru.html> Acesso em 8 jan 2021

85 Disponível em: <https://exame.com/mundo/crise-no-peru-se-intensifica-duas-pessoas-morrem-e-13-ministros-renunciam/> Acesso em 2 jan 2021

86 Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/peru-registra-135-mil-denuncias-de-violencia-domestica-neste-ano-17082020> Acesso em 2 jan 2021

contra mulheres adultas (85%). Além disso, o país também sofre uma “epidemia silenciosa”: o desaparecimento de mulheres⁸⁷. Antes do confinamento, eram relatados em média cinco casos por dia, mas o número subiu para oito durante a crise de saúde.

Em relação à atuação governamental, o país implementou dez medidas relacionadas à gênero em 2020 (CEPAL, 2020). Em março, o Ministério da Mulher e Populações Vulneráveis (MIMP), por meio de uma resolução⁸⁸, estabeleceu que os serviços essenciais de atenção à violência contra a mulher e membros do grupo familiar seriam prestados por meio dos serviços de abrigo temporário, serviço linha 100, de atendimento urgente e equipamentos de emergência itinerante. Além disso, o Ministério elaborou diversos materiais de informação e comunicação no âmbito da emergência sanitária para a prevenção, atenção e proteção da violência contra a mulher e membros do grupo familiar⁸⁹. Em abril, o MIMP fortaleceu e deu continuidade aos serviços de orientação e atenção às mulheres vítimas de violência⁹⁰.

Cabe destacar o Protocolo da Rota de Atenção Urgente Itinerante em áreas rurais, que foi acionado para identificar e atender casos de violência em comunidades rurais. Como parte das ações preventivas, são veiculados micro programas de rádio para orientar as mulheres da zona rural a

87 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/07/27/mais-de-900-mulheres-desapareceram-no-peru-durante-a-quarentena.ghtml> Acesso em 6 jan 2021

88 Disponível em: <https://cdn.www.gob.pe/uploads/document/file/567642/RDE-Nro-20-2020-MIMP-AURORA-DE.pdf> Acesso em 3 jan 2021

89 Disponível em: <https://www.mimp.gob.pe/contigo/contenidos/pncontigo-nota-prensa-todas.php> Acesso em 8 jan 2021

90 Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/mimp/noticias/153731-mimp-continua-atendiendo-a-victimas-de-violencia-durante-la-cuarentena-por-el-covid-19> Acesso em 2 jan 2021; <https://www.gob.pe/institucion/mimp/noticias/111475-mimp-implementa-estrategia-de-acompanamiento-psicologico-telefonico-para-prevenir-la-violencia-durante-el-aislamiento-obligatorio> Acesso em 8 jan 2021; e <https://www.gob.pe/institucion/mimp/noticias/126699-mujeres-ninas-ninos-y-adolescentes-victimas-de-violencia-de-zonas-rurales-cuentan-con-atencion-especializada-del-mimp> Acesso em 2 jan 2021

denunciar e pedir ajuda às comunidades em caso de atos de violência. Um decreto legislativo também estabeleceu medidas para garantir o atendimento e proteção às vítimas de violência contra a mulher e seus familiares durante a emergência de saúde declarada pela Covid-19, com medidas específicas para fortalecer a ação do Estado⁹¹.

No mesmo mês, o Ministério de Desenvolvimento e Inclusão Social ofereceu subsídio monetário excepcional⁹² de 380 soles (cerca de US \$110) para famílias vulneráveis ao risco de propagação do Covid-19, e as mulheres foram designadas como receptoras do bônus. Ainda em abril, o Ministério da Mulher e Populações Vulneráveis estabeleceu diretrizes para que os governos locais e regionais realizassem ações com perspectiva de gênero que respondessem às necessidades de todas as pessoas em sua diversidade diante da situação de emergência⁹³, além de elaborar materiais informativos e campanha de comunicação sobre igualdade de gênero e corresponsabilidade do cuidado no contexto da emergência sanitária⁹⁴. Em maio, um decreto legislativo também estabeleceu várias medidas para garantir e fiscalizar a proteção dos direitos sociais e trabalhistas das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos no quadro da emergência sanitária⁹⁵. Dentre as medidas, cabe ressaltar direito à proteção contra a violência e o assédio em todos os aspectos do emprego e da ocupação, principalmente o assédio sexual.

Em maio, o MIMP também lançou em parceria com a iniciativa privada e

91 Disponível em: <https://busquedas.elperuano.pe/normaslegales/decreto-legislativo-que-establece-medidas-para-garantizar-la-decreto-legislativo-n-1470-1865791-1/> Acesso em 5 jan 2021

92 Disponível em: <https://busquedas.elperuano.pe/normaslegales/decreto-de-urgencia-que-establece-la-ampliacion-de-las-medid-decreto-de-urgencia-n-044-2020-1865659-2/> Acesso em 5 jan 2021

93 Disponível em: http://mimp.gob.pe/files/Convirtamos_situaciones_de_emergencia_en_oportunidades_para_la_igualdad.pdf Acesso em 8 jan 2021

94 Disponível em: <https://www.mimp.gob.pe/contigo/contenidos/pncontigo-nota-prensa-todas.php> Acesso em 5 jan 2021

95 Disponível em: <https://busquedas.elperuano.pe/normaslegales/decreto-legislativo-que-establece-diversas-medidas-para-gara-decreto-legislativo-n-1499-1866211-6/> Acesso em 9 jan 2021

governos locais e com apoio de organismos internacionais, a iniciativa “No estás sola”⁹⁶. Por meio da iniciativa, são veiculados spots e peças gráficas em supermercados e farmácias com mensagens de prevenção à violência contra a mulher e divulgação da linha 100 de orientação e cuidado. Nesse contexto, também foi lançada a campanha #VioletaMask, que incentiva o uso de máscaras roxas como forma de solidariedade e compromisso com o fim da violência contra as mulheres. Em outubro, o Ministério realizou treinamentos para as integrantes das Redes Regionais de Mulheres Empresárias e Empreendedoras com o objetivo de fortalecer as competências e capacidades das mulheres na gestão de seus negócios e empresas⁹⁷.

Uruguai

A conjuntura política do Uruguai durante a pandemia da Covid-19 foi marcada pelas políticas neoliberais de Lacalle Pou, incluindo a redução da verba de instituições como o Ministério de Desenvolvimento Social, no qual está inserido o Instituto Nacional de Mulheres⁹⁸. Nesse cenário, de acordo com dados da CEPAL, o governo uruguaio implementou 6 medidas relacionadas a gênero de março a outubro de 2020, dentro dos âmbitos de violência baseada em gênero, proteção social e gestão de políticas com perspectiva de gênero⁹⁹. Tanto as reformas quanto a insuficiência das medidas foram criticadas pelos movimentos feministas do país.

Em relação à violência de gênero, foram realizadas campanhas de informação divulgando as linhas telefônicas de **atendimento** e o sistema para denúncias sem

96 Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/mimp/noticias/151176-no-estas-sola-mas-de-300-establecimientos-se-unen-para-erradicar-la-violencia-contra-las-mujeres-y-promover-la-igualdad> Acesso em 10 jan 2021

97 Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/mimp/noticias/305861-mimp-inicio-ciclo-de-capacitaciones-para-fortalecer-las-capacidades-de-las-mujeres-emprendedoras-y-empresarias> Acesso em 8 jan 2021

98 Disponível em: <https://violentadasencuarentena.distintaslattitudes.net/portfolio/uruguay/> Acesso em 10 jan 2021

99 Disponível em: <https://cepalstat-prod.cepal.org/forms/covid-countrysheet/index.html?country=URY&theme=8> Acesso em 10 jan 2021



a necessidade de ir a uma delegacia¹⁰⁰, as medidas protetivas com prazo de vencimento no período da emergência sanitária foram prorrogadas¹⁰¹ e realizou-se um treinamento online para professores, técnicos e colaboradores sobre prevenção do abuso contra crianças e adolescentes¹⁰².

Conforme ocorreu em outros países, o número de chamadas para os serviços de orientação e emergência aumentou durante a pandemia em 80%¹⁰³, apesar da queda nas denúncias durante o começo do isolamento. Além disso, onze casos de feminicídio foram registrados de março até julho de 2020; em março, 50% dos assassinatos no país foram feminicídios¹⁰⁴, ainda assim, o presidente os classificou como um “efeito colateral” da pandemia¹⁰⁵.

Já na esfera de proteção social, a medida foi uma parcela extraordinária para pessoas beneficiárias do Asignación Familiar Plan de Equidad, voltado para grávidas e menores de 18 anos em situação de vulnerabilidade socioeconômica¹⁰⁶. Por fim, no campo da gestão de políticas com perspectiva de gênero, o Instituto Nacional das Mulheres foi chamado para participar da elaboração de

um instrumento que permita sistematizar e avaliar as medidas adotadas pelo Estado na pandemia, incorporando os recortes de gênero, idade, étnico-racial, territorial e de pessoas com deficiência¹⁰⁷.

Dentre as críticas feitas pelos movimentos feministas à atuação do governo destacam-se a falta de abrigos para mulheres em situação de violência¹⁰⁸, o enfraquecimento das instituições dedicadas a programas e políticas sociais, e a negligência com os espaços do Estado que fornecem serviços de assistência jurídica e atendimento psicossocial nos primeiros meses de isolamento¹⁰⁹. Nesse contexto, as mobilizações sociais tentaram preencher as lacunas do governo, a exemplo das ollas populares - iniciativas de distribuição de alimentos -, nas quais as mulheres representaram 57% das organizadoras, realizando 60% do trabalho não remunerado¹¹⁰.

Suriname

O país apresentou quatro medidas governamentais com perspectiva de gênero no combate a Covid-19¹¹¹. Seguindo o modelo de outros países da região, houve a expansão nos serviços de linha direta para fornecer apoio psicossocial em colaboração com associações de assistentes sociais e psicólogos nacionais¹¹², foram implementadas linhas telefônicas para acesso a denúncias de violência de gênero, serviços de saúde sexual e reprodutiva, e o acesso à anticoncepcionais foi considerado um serviço essencial. Sendo assim, farmácias que oferecessem anticoncepcionais **permaneceram** abertas durante o bloqueio¹¹³.

100 Disponível em: <https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/comunicacion/noticias/gobierno-anuncio-medidas-para-evitar-aumento-casos-violencia-genero-durante> Acesso em 7 jan 2021

101 Disponível em: <https://www.poderjudicial.gub.uy/novedades/noticias-institucionales/item/6476-inmujeres-pide-que-jueces-prioricen-prorrogas-en-la-proteccion-a-mujeres-y-menores-vulnerados.html> Acesso em 7 jan 2021

102 Disponível em: <https://www.gub.uy/ministerio-educacion-cultura/comunicacion/noticias/resultados-personas-seleccionadas-para-realizar-cursos-virtuales> Acesso em 9 jan 2021

103 Disponível em: <https://www.connectas.org/pandemia-invisible/index.html@p=21360.html> Acesso em 7 jan 2021

104 *Ibidem*

105 Disponível em: <https://ladiaria.com.uy/feminismos/articulo/2020/3/feministas-reaccionan-ante-dichos-de-lacalle-pou-que-califican-los-femicidios-como-un-efecto-colateral-del-aislamiento-social-por-el-coronavirus/> Acesso em 10 jan 2021

106 Disponível em: <https://www.presidencia.gub.uy/comunicacion/comunicacionnoticias/tarjeta-uruguay-social-asignacion-familiar-duplicacion> Acesso em 10 jan 2021

107 Disponível em: http://www.cepal.org/sites/default/files/document/files/ury_inmujeres_carta_director_sinae_200417.pdf Acesso em 8 jan 2020

108 Disponível em: <https://www.connectas.org/pandemia-invisible/index.html@p=21360.html> Acesso em 10 jan 2021

109 Disponível em: <https://violentadasencuarentena.distintaslatitudes.net/portfolio/uruguay/> Acesso em 9 jan 2021

110 Disponível em: <http://www.aebu.org.uy/noticias/19863> Acesso em 10 jan 2021

111 Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/document/files/sur_bureau_gender_affairs_measures_to_support_women_during_the_covid_19_pandemic_200702.pdf Acesso em 9 jan 2021

112 *Ibidem*

113 *Ibidem*



Ademais, serviços de atendimento pré e pós-natal em instituições médicas também continuaram disponíveis para as mulheres¹¹⁴ e um auxílio emergencial foi aprovado pelo governo, incluindo famílias com crianças que perderam renda devido a quarentena¹¹⁵. Dados em relação ao aumento da violência de gênero na pandemia não foram encontrados.

Venezuela

A Venezuela não produz oficialmente dados atualizados sobre violência de gênero e feminicídio em seu país. Os dados encontrados mais recentes são do ano de 2016, que coloca o país com a taxa de feminicídio de 0,8 a cada 100 mil mulheres¹¹⁶. Os dados atualizados vêm de organizações não oficiais: segundo o Centro de Justicia y Paz (CEPAZ), de abril a novembro o número total de casos de feminicídio é de 127 (24 casos de 13 de abril a 13 de junho¹¹⁷ e 103 casos de 14 de junho a 13 de novembro¹¹⁸), e a ausência de um relatório prévio similar por parte da organização não gera dados para comparação. Outra base de dados de organização não-governamental, a Utopix, indica que do decreto da quarentena, em março, até outubro, o número de feminicídios foi de 148. Comparando-se os registros de feminicídio de janeiro-outubro do ano de 2019 com 2020, o aumento de casos totais foi de 81, um incremento percentual de 120%¹¹⁹.

Os dados comparados dessas duas bases¹²⁰ no relatório “A situação da violência contra as mulheres na República Bolivariana da Venezuela no contexto da pandemia de COVID-19”, apresentado à Relatoria Especial das Nações Unidas sobre Violência

contra a Mulher em junho de 2020, indicam um possível aumento de 100% em casos de feminicídios no país comparados aos números oficiais de 2016¹²¹. Da mesma forma, não existem dados gerais oficiais sobre violência de gênero, somente alguns relatos que podem indicar um aumento no período da pandemia, como reportado pelo Instituto Tachirense da Mulher (Intamujer)¹²². Ainda, de acordo com o Ministério da Saúde da Colômbia, país com a maior população refugiada ou deslocada de origem venezuelana, o aumento dos casos de violência de gênero contra venezuelanas em situação de refúgio foi de cerca de 40%¹²³ durante a pandemia.

A Venezuela adotou oficialmente três medidas sensíveis a gênero no âmbito do enfrentamento à pandemia: uma no combate à violência contra mulheres, uma no âmbito de emprego e geração de renda, e uma de proteção social. A primeira diz respeito à disseminação de informação e campanhas de conscientização sobre o funcionamento da linha VE-911 e do funcionamento de abrigos para o acolhimento de mulheres em situação de violência e/ou refugiadas e a publicização da campanha digital Cuarentena Libre de Violencia, que se concentra na conscientização sobre o ciclo de violência, apoio a vítimas e meios de recorrer à proteção estatal. Sobre o segundo eixo, instituiu-se a estabilidade no emprego, que impede trabalhadoras e trabalhadores do setor público e privado de serem demitidos ou transferidos. No âmbito da proteção social, foi decretado o aumento dos valores de transferência de renda destinado a mães e lactantes durante a gravidez, parto e puerpério através do programa Parto Humanizado e Aleitamento Materno.

114 *Ibidem*

115 *Ibidem*

116 Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/femicidio_web.pdf Acesso em 8 jan 2021

117 Disponível em: <https://cepaz.org/wp-content/uploads/2020/07/Monitoreo-Femicidio-2020-14-abril-al-13-junio-definitivo.pdf> Acesso em 9 jan 2021

118 Disponível em: <https://cepaz.org/wp-content/uploads/2020/12/FEMICIDIO-10-DE-DIC-1.pdf> Acesso em 10 jan 2021

119 Disponível em: <https://utopix.cc/pix/octubre-del-2020-en-venezuela-cada-33-horas-una-mujer-es-victima-de-femicidio/> Acesso em 9 jan 2021

120 O relatório compila e compara os dados produzidos por CEPAZ, Utopix e Jota.info.

Considerações Finais

A análise individual dos países sul-americanos durante o ano de 2020 nos permite traçar algumas generalizações sobre a situação da região em termos de gênero, violência e políticas públicas. A primeira delas é estranhadora: o quadro geral é

121 Disponível em: <https://avesawordpress.files.wordpress.com/2020/06/informe-vc-m-y-covid-19-venezuela..pdf> Acesso em 10 jan 2021

122 Disponível em: <https://tachiranoticias.com/cuarentena-incrementa-violencia-domestica-en-tachira/> Acesso em 10 jan 2021

123 Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/11/25/violencia-contra-a-mulher-aumenta-durante-a-pandemia-de-covid-19/> Acesso em 10 jan 2021



de aumento dos casos de coerção contra mulheres e população LGBTI+, mesmo em contextos de diminuição geral dos índices de violência. Iniciativas como lockdown e outras formas de isolamento social têm efeitos diretos e imediatos em termos de violência doméstica. Outras medidas de enfrentamento à pandemia, também acabam tendo resultados semelhantes, em que, de forma geral, mulheres acabam sendo mais prejudicadas e veem sua insegurança – seja física, econômica, psicológica ou sanitária – aumentar de forma exponencial.

É possível perceber, também, que, na América do Sul, mulheres indígenas, negras e LGBTI+ estão mais suscetíveis a esse aumento da insegurança, causado, em grande parte, pela própria ação dos Estados. Como forma de mitigar esses efeitos adversos, diversas políticas públicas sensíveis a gênero têm sido levadas a cabo, e a grande maioria delas diz respeito à denúncia de violência doméstica e de gênero. Cabe, no entanto, observar até que ponto se tratam de medidas eficazes – até agora, elas parecem ter pouca capacidade de conter o avanço da violência de gênero.

Por outro lado, nem tudo são notícias ruins. A Argentina, por exemplo, foi apontada pela ONU como o país que mais instituiu políticas sensíveis a gênero no combate à Covid-19 no mundo. A Colômbia aparece logo em seguida no ranking. Isso tudo dentro das contradições de uma região marcada pela desigualdade em suas mais variadas formas, tanto internamente quanto entre os países; desigualdades essas que são aprofundadas pela pandemia, como pudemos perceber acima. O caminho, no entanto, é árduo, e tudo parece indicar que não haverá grandes avanços em termos de equidade de gênero na região nos próximos anos. Para reverter esse quadro, será fundamental que os governos invistam em políticas públicas sensíveis a gênero, promovendo o empoderamento político, econômico e social dessas populações.

Referências

CEPAL. 2020. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. COVID-19 Observatory in Latin America and the Caribbean: economic and social impact. Economic and social impact. 2021. Disponível em: <https://cepalstat-prod.cepal.org/forms/covid-countrysheet/index.html> Acesso em 08 jan. 2021

FIMI. 2020. El Impacto del Covid-19 en la vida de las mujeres indígenas: y sus estrategias para enfrentar la pandemia. y sus estrategias para enfrentar la pandemia. Disponível em: <https://indigenascovid19.red/wp-content/uploads/2020/11/INFORME-COVID-Y-MUJERES-INDIGENAS-FIMI-1.pdf>. Acesso em 06 jan. 2021.

FERREIRA, Ana Beatrice; SOARES, Giovanna. 2020. O Feminicídio não entra em quarentena. OFRI. Disponível em: <<https://ofri.com.br/o-femicidio-nao-entra-em-quarentena/>> Acesso em 07 jan. 2021.

ONU Mulheres. 2020. Análisis del impacto Covid-19 sobre las mujeres trabajadoras en Bolivia. Disponível em: <https://lac.unwomen.org/es/digiteca/publicaciones/2020/04/bolivia-impacto-covid-19-en-las-mujeres-trabajadoras>. Acesso em 8 jan. 2021.

QUEIROZ, Petra. 2020. “Nunca Más sin nosotras”: feminismo e política institucional no Chile de 2020. OFRI. Disponível em: <https://ofri.com.br/nunca-mas-sin-nosotras-feminismo-e-politica-institucional-no-chile-de-2020/>. Acesso em 05 jan. 2020.

SILVESTRE, Amanda; CLOSS, Marília Bernardes; BATISTA, Thaís Jesinski. 2020. A pandemia nos países em crise: uma análise dos casos de Bolívia, Venezuela, Guiana e Suriname. Boletim OPSA, n. 2, Abr./Jun. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim OPSA 2020 n2 abr-jun-2.pdf>. Acesso em 8 jan. 2021.

